

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE MUSEOLOGIA

MARJORIE DE FREITAS GUEDES

**Identificação e análise da participação dos Movimentos Sociais no Ponto de  
Memória da Cidade Estrutural, DF**

BRASÍLIA

2016

MARJORIE DE FREITAS GUEDES

**Identificação e análise da participação dos Movimentos Sociais no Ponto de  
Memória da Cidade Estrutural, DF**

Monografia apresentada junto ao Curso de  
Museologia da Universidade de Brasília, na  
área de Museologia e Patrimônio, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Museologia.

Orientadora: Ms. Marijara Souza Queiroz

BRASÍLIA

2016

M188b

Guedes, Marjorie de Freitas

Identificação e análise da participação dos Movimentos Sociais no Ponto de Memória da Cidade Estrutural, DF. Marjorie de Freitas Guedes. – Brasília, 2016.

69 f.; 30 cm.

Monografia (Graduação em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2016.

Orientação: Marijara Souza Queiroz

Ponto de Memória. Museologia Social. Instituto Brasileiro de Museus. Cidade Estrutural I. Movimentos Sociais. I. Título.

CDU 02:0000

## FOLHA DE APROVAÇÃO



### FOLHA DE APROVAÇÃO

#### ***Identificação e Análise da Participação dos Movimentos Sociais no Ponto de Memória da Cidade Estrutural - DF***

Aluna: Marjorie de Freitas Guedes

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.


#### **Banca Examinadora:**

Aprovada por:


Orientadora:

  
Marijara Queiroz – Orientadora  
Professora da Universidade de Brasília (UnB)  
Mestre em Artes Visuais - UFBA

Membro:

  
Silmara Küster de Paula Carvalho – Membro  
Professora da Universidade de Brasília (UnB)  
Mestre em Tecnologia e Desenvolvimento - UTFP

Membro:

  
Caroline Soares dos Santos – Membro  
Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG)  
Doutora em Sociologia - UnB

Brasília-DF, 02 de março de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

À minha mãe que com muito esforço e dedicação lutou para que eu chegasse até aqui.

À minha irmã Audrey, que apesar de brigona, sempre dá um jeito de cuidar de mim.

Ao meu sobrinho Rock Pablo, que é minha inspiração para ser exemplo de alguém melhor.

À Lúcia, minha tia, que sempre me apoiou mesmo quando todos desacreditavam.

Aos meus professores da graduação, que com todo esforço me ensinaram para que eu chegasse até aqui. Em especial as professoras Marijara, que aceitou embarcar nesse projeto comigo e me deu força nas “crises” durante execução do trabalho e acreditou que seria possível chegar até aqui. Monique, por acreditar em mim e me incentivar no ramo da pesquisa. Deborah, por sempre responder aos meus emails, me escutar e puxar a orelha quando necessário. E por fim, não menos importante, a professora Silmara, que busca incansavelmente viabilizar a prática da área, mesmo com limitações físicas e orçamentárias, sempre dando “seu jeito” para nos oferecer o melhor.

Aos amigos de toda uma vida que sempre me ajudaram nas horas mais difíceis, Vinícius, Vanessa, Regina, Taenine, Eduardo e Alexandre.

Aos amigos ganhados na graduação, que viveram os momentos mais felizes e chorosos desse caminho, Julya, Tamara, Priscila, Tainá, Paulo e Pedro.

Ao Jester, pela compreensão, carinho, correções, calma e apoio.

À Abadia, Deuzani e toda a Equipe do Ponto de Memória da Cidade Estrutural que lutam tanto por aquele espaço, vocês são guerreiras admiráveis,

À Cinthia Oliveira, Coordenadora do Setor de Museologia Social do IBRAM, pela conversa, sugestões e disponibilidade.

## DEDICATÓRIA

Á minha Mainha (*in memoriam*)! Essa é pra você.

## **RESUMO**

A atual pesquisa nasceu da necessidade em mostrar a importância dos movimentos sociais na criação do Ponto de Memória da Cidade Estrutural, descrevendo quais ações foram desenvolvidas no Ponto de Memória com a comunidade da cidade de 2008 a 2011, visto que boa parte desses grupos já desenvolviam ações de memória coletiva na cidade, antes da chegada do programa. Para que fosse possível entender os desdobramentos dessa atuação, tornou-se necessário explicar o contexto e motivo de criação do programa Ponto de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), seguido da descrição dos processos de consolidação da Cidade Estrutural e por fim, trazendo parte das ações desenvolvidas com os moradores da Estrutural e analisando o contexto social da fixação do Ponto na cidade.

Palavras chaves: Ponto de Memória. Museologia Social. Instituto Brasileiro de Museus. Cidade Estrutural. Movimentos Sociais.

## **ABSTRACT**

This research is the product of the necessity to show the importance of social movements in the creation of the Estrutural City's Memory Point, describing which actions were developed at the Memory Point with the city's community from 2008 to 2011, since that the majority of those groups were already desenvolving actions to the city's collective memories before the program's arrival. To make possible to understand the developments of this action, it has been necessary to explain the context and creation motive to the Memory Point program of the Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), followed by the description of processes of consolidation of City Estrutural and in the end, bringing part of the actions brought with the citizens of Estrutural and analyzing the social context of the fixation in city Point.

**Keywords:** Memory Point. Social Museology. Instituto Brasileiro de Museus. Estrutural City. Social movements.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1	Vista panorâmica da Estrutural	<b>32</b>
Figura 2	Lixão da Estrutural	<b>34</b>
Figura 3	Operação Tornado	<b>39</b>
Figura 4	Convite da Exposição "Movimentos da Estrutural - Luta, Resistência e Conquistas	<b>52</b>
Figura 5	Livros resultados da oficina	<b>55</b>
Figura 6	Divulgação da Exposição "Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade"	<b>57</b>
Figura 7	Expografia da exposição	<b>57</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Número de habitantes da Cidade Estrutural	<b>35</b>
Tabela 2	Frequência dos moradores em espaços culturais	<b>40</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMOES	Associação de Moradores da Estrutural
CEPAFRE	Centro Paulo Freire de Ceilândia
COMUSE	Coordenadoria de Museologia Social e Educação
CUT	Central Única de Trabalhadores
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DEPMUS	Departamento de Processos Museais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GDF	Governo do Distrito Federal
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDHAB	Instituto do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
IP	Inventário Participativo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MECE	Movimento de Educação e Cultura da Estrutural
MinC	Ministério da Cultura
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MTD	Movimentos dos Trabalhadores Desempregados
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
PLP	Promotoras Legais Populares
PLPTD	Promotoras Legais Populares pelo Trabalho Doméstico Decente
PNM	Política Nacional de Museus
PRECES	Prefeitura Regional Comunitária
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PT	Partido dos Trabalhadores
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
UNB	Universidade de Brasília
VIVER	Voluntários Pró-Vida Estruturada

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo I – Apresentação do Programa Ponto de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)</b>	
1. Criação do Instituto Brasileiro de Museus	15
1.1. Criação do programa Ponto de Memória do IBRAM	19
1.2. Metodologia de Instituição do Programa Ponto de Memória	22
1.3. Estratégias de Identificação e Sensibilização das Comunidades	22
1.4. Intercâmbio entre os Pontos de Memória	23
1.5. Formação das Instâncias Deliberativas	24
1.6. Oficinas de Qualificação	25
1.7. Elaboração de Plano de ação	26
1.8. Realização do Inventário Participativo	27
1.9. Produto de difusão, ato inaugural e estratégias de sustentabilidade dos Pontos de Memória	28
1.10 Estratégias de Sustentabilidade	29
<b>Capítulo II – Cidade Estrutural e o Ponto de Memória</b>	
2. História da Cidade Estrutural (luta e resistência)	31
2.1. O processo complexo de regularização da Cidade Estrutural/DF	34
2.2. Infraestrutura	35
2.3. Ações de Memória	36
2.4. Movimentos Sociais atuantes na Cidade Estrutural e Ponto de Memória	40
2.4.1. Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE)	41
2.4.2. Prefeitura Regional Comunitária (PRECES)	42
2.4.3. Coletivo da Cidade e Associação VIVER	43
2.5. Processos para a consolidação do Ponto de Memória	45
<b>Capítulo III – O Ponto de Memória e a relações sociais com a população</b>	
3. 1 Criação do Ponto de Memória	48
3.1.1 Cronologia de Atividades	48
3.1.2. Roda de memória	49
3.1.3. Inauguração do Ponto de Memória	49
3.1.4. Curso de Promotoras Legais	51
3.1.5. Criação da Editora Popular	53
3.1.6. Extensão do Curso de Museologia com o Ponto de Memória	54
3.1.7. II Exposição no Ponto de Memória da Estrutural “Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade”	55
3.2 Desdobramentos das ações do Ponto de Memória da Estrutural	56
<b>Considerações Finais</b>	<b>62</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha em trabalhar com o Programa Ponto de Memória, do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), nasceu a partir do contato com Movimentos Sociais em comunidades em estado de vulnerabilidade e violência extrema. A atuação de grupos lutando em prol do todo e buscando visibilidade social, motivou o presente trabalho acerca das ações de museologia social colocadas em prática, tendo um conceito muito próximo de educação popular, defendido por teóricos da educação.

Quando iniciado o contato direto com o Ponto de Memória, percebeu-se o quão alheio é esse tema, quando comparado aos conceitos estudados em sala de aula. A museologia social brasileira pouco se assemelha aos moldes europeus de ecomuseu e museus comunitários, dando uma margem diferenciada do que seria esse conceito, quanto a prática, em busca de estudos de casos próximos.

O tema abordado pelo trabalho atual, é baseado no Eixo 1 Teoria e Prática Museológica, do Curso de Museologia da Universidade de Brasília, cujo o objetivo é focalizar na formação específica compreendendo teorias e práticas voltadas para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia.

A pesquisa nasceu da necessidade em mostrar a importância dos Movimentos Sociais na criação do Ponto de Memória da Cidade Estrutural, descrevendo quais ações foram desenvolvidas no Ponto de Memória com a comunidade da Cidade Estrutural, no período de 2008 a 2011, visto que boa parte desses grupos já desenvolviam ações de memória coletiva na cidade, antes da chegada do programa.

Descrever os movimentos sociais que mobilizaram a cidade para a vontade de memória, é protagonizar os grupos já existentes e entender como funcionou o processo de relação das propostas do IBRAM com os moradores da Estrutural. É a partir dessa ótica que a pesquisa visa essa identificação e análise dos movimentos sociais na criação do Ponto de Memória na Cidade Estrutural. Acreditando demonstrar a importância da atuação de grupos sociais que muitas vezes alheio a conceitos acadêmicos, já desenvolviam os fundamentos da museologia social, aliando comunidade e instituição, em um processo de gestão compartilhada.

Para que fosse possível trazer a tona essa inquietação, recorreremos a autores como Mário Chagas, museólogo e coordenador do projeto dentro do IBRAM no momento de sua criação, Caroline Santos, cientista política e participante da equipe do Ponto de Memória da Cidade Estrutural, além entrevista com técnicos do IBRAM e gestores do Ponto de Memória, foram usados em diversos tópicos da pesquisa, sempre equilibrando a visão dos moradores

frente os benefícios da implantação do Ponto, quais eram os objetivos iniciais do IBRAM e como se deu até o não de concepção do espaço.

À medida que o trabalho foi sendo composto, pontos principais passaram a ser necessários, como a apresentação da estrutura do programa, a história da cidade e o sentimento de preservação da memória devido a consolidação do espaço, a criação do Ponto de Memória e seus desdobramentos e conceitos acerca de identidade e memória trabalhados diretamente com a comunidade a partir de ações do Ponto.

Sendo assim, “na Estrutural se faz política também ao se “eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” e, diante das sempre presentes ameaças de expulsão, aqui também se entende que “preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal” (CHAGAS, 2009, p. 165 apud SANTOS, 2014 p.177).

A presente pesquisa é estruturada por três capítulos, onde cada um busca de forma singular demonstrar gradativamente como funcionou o programa Ponto de Memória, por fim, demonstrando o estudo de caso da Cidade Estrutural, dando ênfase no que foi desenvolvido com a comunidade.

O capítulo I, denominado “Programa Ponto de Memória” tem por objetivo mostrar a estrutura política e social do programa, a partir dos critérios estabelecidos pelo IBRAM, mostrando desde o seu surgimento, metodologias e ações iniciais com as 12 comunidades escolhidas. Apresentando como se desenvolveram as primeiras ações do programa e sua semelhança com o programa Ponto de Cultura. Ainda é válido ressaltar a diferença da primeira seleção do programa, que acolheu comunidades estudadas de perto, com o formato atual que conta com editais que selecionam cerca de 150 comunidades.

O segundo capítulo do trabalho traz a história da Cidade Estrutural, pincelando desde as primeiras famílias que residem naquele espaço, até hoje. Mostrando as principais barreiras de consolidação da cidade, lutas contra governo e polícia, necessidade de unificação entre moradores, dificuldades financeiras, entre outros. Descrevendo quais foram os movimentos que fizeram parte do processo de fixação do Ponto e finalizando essa etapa com como se deu o primeiro contato do IBRAM com os líderes comunitários e a mobilização que estes fizeram com os demais moradores para que a proposta fosse bem recebida na comunidade.

O capítulo III descreve algumas ações do Ponto de Memória com a comunidade da Cidade Estrutural. Mencionando desde a primeira conversa para consolidação do Ponto,

que foi tida com moradores e representantes do IBRAM, até as ações que estão sendo desenvolvidas atualmente, reforçando o que foi trabalhado nas exposições do museu, rodas de memória, oficinas, cursos e a devolutiva dos moradores com a iniciativa.

Esse trabalho visa trazer um pouco da história de como se consolidou o Ponto de Memória em uma das 12 cidades pioneiras, demonstrando processos, fragilidades, conquistas e mobilização popular. Fazendo ainda, um contraponto breve do formato inicial do programa, contemplado em 2009 e como se dá atualmente, visto que hoje a escolha das comunidades são feitas por edital.

Para o desenvolvimento, foi necessário pesquisar bibliografias sobre Pontos de Memória, Cidade estrutural, Movimentos Sociais e o Ponto de Memória da Cidade Estrutural. Entrar em contato com a equipe atuante do Ponto de Memória da Cidade Estrutural, entender como se desenvolveu os processos desde o primeiro contato com o IBRAM, organizar cronologicamente como se desenvolveram as atividades da instituição e assistir documentários produzidos pelo Ponto, além da entrevista com atuantes do Conselho Gestor do Ponto e com a coordenadora de Museologia Social do IBRAM.

Através do projeto de extensão “Conservação do Acervo do Ponto de Memória da Cidade Estrutural”, foi possível estabelecer contato direto com diversas lideranças do Ponto de Memória, fazendo com que a pesquisa partisse também do olhar dos moradores, não dando ênfase somente na visão do IBRAM. No desencadear da pesquisa, surgiu a oportunidade de acompanhar algumas entrevistas que farão parte do inventário participativo que vem sendo desenvolvido pela equipe pró-museu comunitário, o que tornou mais fácil a sensibilização em mostrar o porquê da importância daquele espaço na comunidade.

Para que isso fosse possível, houve uma breve análise dos vídeos que são resultados das duas rodas de memória que aconteceram nos anos de 2010 e 2011. Muitos do que está sendo falado durante todo o trabalho é decorrência do que foi dito pelos moradores em seus depoimentos.

## **Capítulo I – Apresentação do programa Ponto de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)**

O presente capítulo discorre desde a concepção do Instituto Brasileiro de Museus, até o programa Ponto de Memória e seus desdobramentos. Ainda nesse tópico inicial, é apresentado de forma breve o processo que provocou a criação de um Instituto que representasse os profissionais da museologia no país e as instituições, dando respaldo político a esses. Além de explicar quais foram às estratégias traçadas pelo IBRAM para a viabilização do programa, como foi formada a rede entre os 12 pontos escolhidos na primeira fase, quais os fatores essenciais que foram abordados nas comunidades e como se deu a relação entre o IBRAM e os moradores desses espaços para que houvesse a consolidação do projeto. É retomada também a semelhança entre o atual programa e o Ponto de Cultura, descrevendo quais estratégias deram certo, para que pudessem ser reproduzidas novamente com melhorias necessárias nos Pontos de Memória. Por fim, há uma descrição da metodologia adotada e quais os seus objetivos, mencionando como isso foi colocado por parte do IBRAM para as comunidades e a dificuldade acerca de alguns tópicos propostos.

### **1 Criação do Instituto Brasileiro de Museus**

As políticas públicas brasileiras em sua maioria são marcadas pela ausência de solução de problemas, centralização de poder e lentidão em questões práticas. O que viria a amparar determinado grupo acaba desestimulando suas lutas. As políticas são regidas por urgências e busca de visibilidade de grupos e atores sociais, que muitas vezes precisam de amparo do Estado em prol de suas causas. Segundo Nilson Moraes (2009, p. 55) “Elas demonstram as disposições, os discursos e a capacidade de articulação dos atores, discursos e projetos que pretendem alcançar benefícios e modificar alguma situação”.

Os museus eram vistos como preocupações secundárias nas políticas de governo, mesmo sendo um objeto científico e foco de ações de políticas públicas. (MORAIS, 2009, p. 55) Este era o cenário que o campo museológico se encontrava até se pensarem em políticas que o respaldassem. No ano de 2003, foi criada a Política Nacional de Museus (PNM), sendo essa resultado de ações desenvolvidas pelo Governo Lula, quando entende-se que existe a necessidade de propagação de políticas públicas que atendam a sociedade como um todo. Apesar da criação em 2003, o ápice das políticas voltadas para museus no Brasil se deu com a criação em 2009 do Instituto Brasileiro de Museus.

Moraes (2009, p.60) ressalta que para a criação do Instituto, diversos processos, dentro das políticas nacionais que tangiam os museus, foram se desenvolvendo para a

fixação do IBRAM, entre elas a aprovação da Política Nacional de Museus (PNM), efetivação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e criação do Departamento de Museus e Centro Culturais (DEMU), além do Estatuto Brasileiro de Museus.

Esses fatores contribuíram de forma significativa no campo da museologia, provocando mudanças no cenário nacional e reinventando a missão das instituições no país, posicionando-as como bases políticas (MORAES, 2009, p.60). O novo olhar para com os museus foi abordado desde a campanha do ex-presidente, que tinha como objetivos trazer para dentro desse espaço ações políticas de reforma cultural.

“Em maio de 2003, o Ministério da Cultura anunciava que o museu ocuparia um lugar central em suas ações. Não havia ingenuidade do MinC, estava em andamento uma posição diferente daquela que perdurou por uma década. O MinC não produziu apenas um discurso, transformou o museu em prioridade e formulou políticas, liderou um processo de mudanças. Deste ponto de vista, o museu deveria produzir um novo lugar social, simbólico e institucional. O lugar de onde ele iria negociar e pautar suas ações e estratégias. Desde 2003, existe um processo em curso, que pretende intervir e dirigir ações e políticas para o setor museológico concentrado no IPHAN” (MORAES, 2009, p. 61).

Ainda em 2003, no desenrolar das atribuições da PNM, que contou com o apoio de instituições, grupos sociais, entre outros, para a efetivação de um documento consolidado que respaldasse a preocupação com a preservação da cultura brasileira. A política trouxe diversas reuniões por parte do MinC junto aos apoiadores da causa, onde se discutiam temas e eixos pragmáticos, onde aos poucos iam compondo o texto, acatando sugestões para o texto final (MORAES, 2009. p.61).

“O documento apresenta sete eixos programáticos, a saber: Gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infra-estruturas museológicas; financiamento e fomento para museus; aquisição e gerenciamento de acervos culturais” (MACHADO, 2015).

Entre os objetivos propostos na PNM, estava à criação de um Sistema Brasileiro de Museus, que promovesse uma rede de gestão das instituições museológicas, por meio de sistemas regionais de museus (IBRAM, 2015). Para que fosse possível alcançar tal meta, foi necessária a criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), responsável pelo mapeamento da situação real das instituições no país, onde esses dados viriam trazer respaldo para políticas futuras acerca de museus. Como resultado do (SBM), foi estabelecida a promoção de concursos públicos para a área, além da promoção e fomento à criação de cursos de graduação e pós-graduação em Universidades Federais do país. (MORAES, 2009, p.62)



Ao desenrolar da política, alguns eixos se desenvolveram a frente de outros, entre eles, o eixo 3, responsável pela Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que foi realizado na Bahia e coordenado pela professora Maria Célia Teixeira Moura Santos. Resultando no Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que além de atuar diretamente na ampliação dos cursos, junto do SBM, desenvolveu cursos técnicos, de extensão, e oficinas nas várias atividades dos museus, apoio na realização de encontros, seminários e fóruns do setor museológico. (AMAZONAS, 2010, p.5)

Durante o processo de consolidação, houve ainda a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais, nascido dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que passa a ser um ponto de articulação política para mudanças efetivas nos museus do Brasil (MORAES, 2009, p.66).

“O DEMU foi um mecanismo institucional, no formato de um Departamento do sistema formado pelo IPHAN, que serviu para catapultar o debate sobre o projeto, organizar as unidades existentes, homogeneizar ou influenciar os discursos, as ações e concepções do cotidiano das instituições museológicas, o ponto de partida das mudanças anunciadas. O DEMU – considerando suas alianças sociais, institucionais, técnicas e políticas- é o responsável imediato por estratégias de mobilização política e corporativa, por difundir e estimular ações específicas e algumas reflexões do campo. O DEMU atuou como instrumento estratégico desta geração na construção de uma ossatura institucional que o discurso desses museólogos anunciava” (MORAES, 2009, p. 62).

Com o formato inicial que o DEMU foi proposto, o mesmo se submeteria a ações que não seriam dignas de um departamento subsidiado por um órgão maior, com a força e as propostas do departamento, junto com os grupos de interesse da área, mostraram que não cabia suas provocações, articulações e debates, precisando que algo maior fosse criado para abarcar as ansiedades da museologia naquele momento.

Dessa forma, o DEMU tinha como responsabilidade não trabalhar mais voltado apenas aos interesses do IPHAN e MinC, mas o departamento passou a ser o porta-voz dos profissionais da museologia, pois cabia dentro de suas propostas ações que estimulava debates, no que diz respeito a exercício da profissão e a formação profissional. Segundo Moraes (2009, p. 62-63), “o DEMU procura pautar e liderar as ações da área, promovendo um deslocamento de legitimidade, passando o DEMU a ocupar uma liderança que, anteriormente, era exercida pelas Faculdades.

Com o fortalecimento que passou a se estabelecer, o DEMU intensificou ações que passaram a ressaltar a ideia de que o departamento necessitava ser um órgão independente. Mesmo com diversos conflitos e resistências por parte do IPHAN, o propósito

estava próximo a ser alcançado, trazendo o que viria a ser o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). (MORAES, 2009, p.64)

O que veio a dificultar de forma evidente essa desvinculação foram fatores financeiros. No ano de 2008 houve concurso público para a contratação de 23 museólogos para atuar nas instituições vinculadas ao IPHAN, estes profissionais passaram a compartilhar os ideais do DEMU, sendo este um momento chave para o cenário brasileiro, pois as instituições museológicas não seriam mais representadas pelos ideais do IPHAN. (MORAES, 2009, p.65)

Em janeiro do ano de 2009, foi a aprovação do Estatuto Brasileiro de Museus, concretizando uma das ações propostas pelo DEMU, onde o documento respaldava as diretrizes do setor museal. O estatuto foi fundamental para a regulamentação dos museus, para os profissionais que atuam nesses espaços e a melhoria nas instituições. (MORAES, 2009, p.66)

“A aprovação do Estatuto foi o que faltava para concretizar a criação do Instituto Brasileiro de Museus. De acordo com Moraes, o Projeto de Lei 3591 que regulamentava a criação do IBRAM foi votado na madrugada do dia 18 de dezembro de 2008 juntamente com um pacote de medidas que tinham o objetivo criar cargos públicos e direcionar recursos. E em 20 de janeiro de 2009 a então lei Nº 11.906 foi assinada pelo presidente” (MACHADO, 2015).

O Instituto Brasileiro de Museus é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, com autonomia administrativa e financeira, que tem como fundamentos promover políticas públicas culturais para as instituições museológicas, criação de centros culturais e museus, estimular as instituições existentes e a criação de novas, incentivar o acesso aos bens preservados, valorizar a qualificação dos profissionais que trabalham em museus, entre outras. (IBRAM, 2009, p.1)

Depois da criação do instituto, a área da museologia ganha força no Brasil, ressaltando as ações desenvolvidas anteriormente pelo DEMU e potencializando atividades que promovam uma nova cara para a gestão de museus no país. Moraes traz em sua fala sobre o sucesso desse método em outros países como França, Espanha e Portugal, e é quando essas instituições passam a ter ferramentas para se tornarem órgãos autônomos e ferramentas sociais.

## 1.1 Criação do programa Ponto de Memória do IBRAM

O Instituto Brasileiro de Museus desenvolveu no ano de 2009, depois de sua transição do DEMU para o formato atual, o programa Pontos de Memória, onde este tinha como principal objetivo incentivar, apoiar e desenvolver processos e práticas museais que narrem a história de grupos sociais, dando ênfase ao seu patrimônio construído através de ações de memória, que visam a participação social na resignificação de museus comunitários e memória coletiva (CHAGAS et al, 2010, p.01).

“Os Pontos de Memória valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável. Em estágio pleno de desenvolvimento, são capazes de promover a melhoria da qualidade de vida da população e fortalecer as tradições locais e os laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local, contribuindo positivamente na redução da pobreza e violência” (IBRAM, 2009).

O programa nasceu da necessidade do direito à memória, direito esse que deve ser exercido, mantido, conquistado e democratizado. Dessa forma, o programa Ponto de Memória contribuiu diretamente para a construção da narrativa histórica de diversos grupos sociais no país, sendo essas ações associadas à Museologia Social<sup>1</sup>(IBRAM, 2010).

A importância em disseminar os saberes locais, as histórias de resistência em comunidades carentes e a busca constante de espaço nas instituições culturais do país, foram os objetivos principais da implementação do programa, que contribui para a construção de espaços, trocas de experiências e potencialização do incentivo à cultura, de forma que una poder e sociedade, como ocorreu nos Pontos de Cultura, idealizados pelo ministro Gilberto Gil, inspirado no conceito de “do-in”<sup>2</sup> antropológico.

O Projeto Ponto de Cultura criado em 2004, foi uma alternativa que quebra os paradigmas clássicos da criação de centros culturais, em vez de priorizar os serviços prestados, prioriza-se os processos culturais e a participação dos agentes. Como salientado por Tenório e Rozenberg (1997, p.06), “o ato de participar, tomar parte, revela a

---

<sup>1</sup>A Museologia Social nasce da Mesa Redonda de Santiago no Chile (1972) e Declaração de Quebec (1984), tendo seus preceitos retomados na XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que aborda a necessidade de se “quebrar hierarquias nos espaços museais, dando espaço a novos protagonistas para que escrevam suas próprias memórias, compreendendo os museus comunitários como processos político, poético e pedagógico em permanente construção e vinculados a visões de mundo bastante específicas”. (CHAGAS et al, 2014, p.432)

<sup>2</sup>[...] o do-in antropológico consiste em universalizar os serviços culturais, com a presença de centros culturais, bibliotecas e telecentros em todo o país, a começar pelas regiões mais pobres e distantes; valorizar e dar autonomia para as diversas formas de manifestação cultural existentes no país, não somente as institucionalizadas e consagradas pela elite e a indústria cultural; buscar novas possibilidades de interlocução e diálogo com outras instâncias da sociedade, por meio de inserção econômica e desenvolvimento local (BRANT, 2003).

necessidade que os indivíduos têm em se associar na busca de alcançar objetivos que lhes seriam de difícil consecução ou até mesmo inatingíveis caso fossem perseguidos individualmente, de maneira isolada trazendo à tona a busca em construção de memória coletiva desses espaços”.

Apesar da constante apropriação da memória, não se pode trazer a ideia que a mesma expõe a verdade, é extremamente importante salientar que a memória lida com narrativas que partem de um ponto de vista, deixando brechas para uma não imparcialidade nos fatos e moldando a forma de ter um contato com o passado.

Os museus são ferramentas de mediação entre os processos e a forma que estes serão apresentados a sociedade, isso não quer dizer que exista neutralidade nas informações expostas, o que é possível observar em boa parte das instituições brasileiras. Porém, quando o IBRAM trouxe as idealizações dos Pontos como museus comunitários, para que essa corrente fosse quebrada, e o público passasse a ser parte da história ali contada, mostrando de fato o que os representava. Para que fosse possível entender a organização de um museu comunitário, é necessário que se compreenda o discurso coletivo, acima do individual.

Segundo Varine (2009, p.2) “o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças [...]”.

“Os pontos de memória visam uma atitude de transformação social, por meio do conhecimento, da afirmação do sentimento de pertencimento e do reconhecimento das identidades presentes nas comunidades. Este conjunto de ações só pode ser protagonizado efetivamente por aqueles que fazem parte destas comunidades” (CHAGAS et al, 2010, p.03).

A base da implementação do programa foram as ações participativas<sup>3</sup>, para que se crie reflexões, debates e críticas a respeito das comunidades. Isso foi possível através do intercâmbio feito entre os doze Pontos de Memória, modificando esses processos de troca em aplicação da Museologia Social e promovendo uma gestão participativa e solidária.

A fase de consolidação do programa, no ano de 2009, contou com a parceria do Ministério da Justiça através do Programa Nacional de Segurança com Cidadania

---

<sup>3</sup>“Emergiu do trabalho de estudiosos do Terceiro Mundo, para dar uma assistência eficaz aos camponeses pobres em seu esforço para obter um maior controle sobre suas próprias vidas, usando os recursos e os conhecimentos locais e sua energia criativa [...] Comporta uma mudança fundamental no papel convencional assumido pelos profissionais do desenvolvimento para outro em que os pobres não são mais vistos como objeto, mas como sujeito do desenvolvimento. (WIGNARAJA apud VOLPINI, 1992 p. 142)”

(Pronasci)<sup>4</sup> e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). A partir dessa parceria, iniciou-se o acompanhamento do IBRAM á doze comunidades em estado de vulnerabilidade, pelo Brasil, sendo as escolhidas: Museu de Favela, no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, no Rio de Janeiro (RJ); Taquaril, em Belo Horizonte (MG); Brasilândia, em São Paulo (SP); São Pedro, em Vitória (ES); Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre (RS); Museu de Periferia, no Sítio Cercado, em Curitiba (PR); Estrutural, em Brasília (DF); Museu do Mangue do Coque, em Recife (PE); Grande Bom Jardim, em Fortaleza (CE); Jacintinho, em Maceió (AL); Beiru, em Salvador (BA) e Terra Firme, em Belém (PA).

Para se obter êxito nas propostas do programa, foi indispensável o sentimento de pertencimento nas comunidades que o ponto foi inserido. E foi a partir desse entendimento que trabalhou-se o conceito de identidade e memória, para que determinado grupo fosse representado por suas histórias, não moldadas por grupos de outrem.

No Brasil, é garantido pela Constituição Federal de 1988, o direito a cultura, onde é abordado nos artigos 215 e 216, onde o Estado vem a subsidiar esse bem como direito social:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...](BRASIL, 1988)

De acordo com POLLAK (1992, p.05), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” É nesse processo de reconstrução que o museu passa a ser uma ferramenta de seleção da memória, muitas vezes trazendo ao público uma verdade singela, mas que não condiz com a trajetória daquele povo. Os Pontos de Memória são o oposto disso, trazendo á tona todos os processos de identificação e permanência dessas comunidades e o que deve ser preservado, mesmo que contenha rastros de dor.

---

<sup>4</sup> [...] o PRONASCI é uma proposta denominada “Segurança Cidadã”, que procura articular políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, mantendo as estratégias de ordenamento social e segurança pública. Destacam-se entre seus eixos principais a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate a corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. (O PRONASCI)

O formato proposto pelo IBRAM, de metodologia participativa, é baseado nas premissas culturais locais, primeiramente reforçando a qualidade de vida, seguido da ideia de identidade, pela visão dos moradores. A promoção da autonomia, também é fundamental na execução da metodologia proposta, visto que essa é realizada pelos grupos que têm conhecimento do projeto e que lidam com pedagogia crítica, visando a transformação social, não por alheios. (CHAGAS et al, 2010, p.05).

## **1.2 Metodologia de Instituição do Programa Ponto de Memória**

Segundo Chagas, (2010, p.6) o IBRAM organizou a metodologia do programa Ponto de Memória da seguinte forma:

- “1) Estratégias de Identificação e Sensibilização das Comunidades
- 2) Intercâmbio entre os Pontos de Memória (articulação em rede)
- 3) Formação das Instâncias Deliberativas
- 4) Oficinas de Qualificação
- 5) Elaboração de Plano de Ação (para desenvolvimento de Inventário Participativo e Produtos de Difusão)
- 6) Realização de Inventário Participativo
- 7) Desenvolvimento de Produto de Difusão
- 8) Ato inaugural do Ponto de Memória
- 9) Estratégias de Sustentabilidade”

Cada tópico desses viria viabilizar, segundo os moldes do IBRAM, a execução inicial dos objetivos do programa Ponto de Memória nas 12 comunidades iniciais. Visto que essas ações eram explicadas uma a uma em cada local, para que os atuantes dos conselhos gestores se manifestassem quanto a provável execução.

Alguns dos itens listados se mostraram de difícil execução, tomando por base a realidade dos Pontos de Memória, como por exemplo, a realização do inventário participativo, desenvolvimento de produto de difusão, ato inaugural do Ponto de Memória e as estratégias adotadas para autossustentabilidade.

## **1.3 Estratégias de Identificação e Sensibilização das Comunidades**

O primeiro contato da equipe do IBRAM com as doze comunidades pioneiras do programa, ocorreu por intermédio do PRONASCI. Apesar da escolha ter sido feita pelos parceiros - baseando-se no alto índice de violência, o IBRAM deixou claro que sua posição não seguiu essa linha de raciocínio, priorizando acima de quaisquer referências sociais, o direito à memória e a vontade de expor sua história.

A fase inicial de contato com as comunidades por parte da equipe do IBRAM, foi crucial para êxito do programa, visto que a partir do momento que se instalasse confiança em ambos os lados, seria possível dar continuidade as demais. Essa etapa contou com alguns percalços por decorrência de alguns aspectos, sendo eles: projeto inédito; políticas públicas que marcaram negativamente os grupos; histórico de militâncias onde a luta por resistência já se faz presente, anulando sistematização alheia. (CHAGAS et al, 2010, p.06)

Posterior a essa sondagem, foram realizadas entrevistas e reuniões com representantes dos doze pontos, para que houvesse compartilhamento de experiências e fosse possível que o IBRAM mostrasse de forma clara e pautada quais eram suas intenções com a implementação do programa e os desdobramentos desses em suas respectivas comunidades, além da interação a respeito das lutas diárias e a necessidade da valorização da memória.

#### **1.4 Intercâmbio entre os Pontos de Memória**

A segunda fase contou com o intercâmbio entre todos os locais de implementação da iniciativa, sendo essa ação decorrente da experiência similar no programa Ponto de Cultura do MinC, denominada Teia da Cultura que promoveu o 1º Encontro Teia da Memória nos dias 16 e 17 de dezembro de 2009, evento no qual teve a participação dos representantes<sup>5</sup> dos diversos parceiros do programa além dos líderes de cada localidade. Na ocasião foi possível ouvir os relatos de experiência do Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ na voz de Antônio Carlos Pinto Vieira, Ecomuseu da Amazônia - Belém/PA representado por Terezinha Rezende e Marlúcia Santos de Souza do Museu Vivo do São Bento - Duque de Caxias/RJ.(MINISTERIO DA JUSTIÇA, 2009)

“O evento possibilitou que o IBRAM e as instituições parceiras se apresentassem formalmente aos pontos de memória, dando um corpo institucional ao conjunto de ações que haviam sido iniciadas. Procedeu-se assim com a apresentação do Programa Pontos de Memória, com a troca de experiência entre os pontos, com os debates metodológicos e, entre outras coisas, com a construção de agendas e de estratégias para o fortalecimento e consolidação dos Pontos de Memória” (CHAGAS et al, 2010, p.07).

---

<sup>5</sup> O evento contou com a participação dos representantes do Departamento de Museus da Bahia – DIMUS; Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI; Secretaria de Cidadania Cultural/MinC; Ministério da Justiça – Pronasci e José do Nascimento Junior – IBRAM. Além de representantes do Depmus/IBRAM, DDFEM/IBRAM.

Como resultado do evento, os pontos passaram a ter uma melhor articulação entre si. É possível dizer que a Teia de Memória selou compromisso entre os Pontos e o IBRAM. Essa Teia de Memória foi baseada no sucesso da Teia de Cultura dos Pontos de Cultura, visto que essa articulação e gestão solidária promovem compartilhamento de experiências e ideias inovadoras para cada localidade respeitando sua realidade. Do início das Teias de memória, que ocorreu no ano de 2009, até 2014, foram realizadas quatro teias, onde cada evento unificava mais a articulação dos Pontos, não somente dos primeiros, mas dos seguintes que foram contemplados pelos editais de 2011 em diante.

### **1.5 Formação das Instâncias Deliberativas**

A Teia de Memória não só conseguiu promover o estreitamento entre os Pontos, mas também entre técnicos da coordenação de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais (COMUSE/Depmus/IBRAM), que visitaram os locais de implantação dos Pontos. A partir disso, iniciaram-se as formações das instâncias deliberativas de cada localidade, onde os escolhidos passariam a representar a sua comunidade, com a tarefa de executar e coordenar as ações propostas pelo IBRAM.(CHAGAS et al, 2010, p.08)

Os encarregados dessas tarefas eram pessoas que em sua maioria já tomavam a frente nessas comunidades no que diz respeito a militâncias e políticas sociais. A comunicação com os demais moradores foi extremamente facilitada, tornando acessível a contribuição do restante da comunidade. O IBRAM criou essas instâncias para assegurar que houvesse legitimidade acerca da representação das comunidades e que fossem pessoas que verdadeiramente lidassem com o sentimento de pertencimento a localidade representada e indivíduos que estivessem atento a questões de memória e conhecessem a fundo a trajetória daquele povo.

“Respeitando a organização e o fluxo de cada um dos ponto, o IBRAM deixou a cargo de cada uma das localidades a data dos seminários, os formatos das instâncias deliberativas, o número de integrante e também a metodologia de formação do grupo, ou seja, se haveria eleição, indicação ou outro formato de que se aprovesse”(CHAGAS et al, 2010, p.10).

Sobre essa formação das Instâncias Deliberativas, voltaremos a falar no capítulo III, que será abordada a atuação dos líderes comunitários do Ponto de Memória da Cidade Estrutural/Distrito Federal, juntamente com os movimentos sociais que os mesmo fazem parte, mostrando a atuação de cada um na concepção do Ponto de Memória.



## 1.6 Oficinas de Qualificação

O Programa Ponto de Memória contou com diversos desdobramentos para que seus objetivos fossem alcançados. O grande pilar desse projeto foi a qualificação dos atuantes, sendo o diferencial frente às políticas públicas que costumam ser aplicadas em diversas comunidades. O IBRAM entendeu que o principal ponto dessa ação foi qualificar seus agentes para que os mesmos trabalhem com suas memórias da forma que melhor os cabia, promovendo parceria entre técnicos e representantes e promovendo a função do museu como instrumento de promoção de identidade.

A ideologia de aplicação das oficinas de aperfeiçoamento baseou-se no Programa de Capacitação e Formação em Museologia, que visou oferecer oficinas em todo o país. Para que obtivesse êxito, foi promovido em todos os locais oficinas com base em 3 três eixos: Museu, Memória e Cidadania; Inventário Participativo e Elaboração de Projetos, como conceituado pelo próprio IBRAM, cada oficina tem como objetivo:

“a) **Museu, Memória e Cidadania:** Conceito: O que é Memória, Memória Social, Museu. Breve histórico da museologia no Brasil. Museus, movimentos sociais e cidadania; destaque para a museologia social. Experiências de museus a partir da Nova Museologia. Criação de uma política pública de memória e de museus: Política Nacional de Museus, Sistemas de Museus, Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus.

b) **Inventário Participativo:** Conceitos: inventário, participação. A importância do inventário. Metodologias de inventário. Inventário e memória: o que deve ser preservado. Relações de poder, conflitos e participação no inventário. Metodologia do inventário participativo.

c) **Elaboração de Projetos:** Conceitos: Plano, Planejamento e Projeto. A importância do planejamento e da metodologia. Análise de projetos e programas no âmbito da Cultura, da Memória e dos Museus. Etapas de elaboração de projetos. Trâmites legais da execução de um plano de trabalho. Avaliação de Projetos. Prestação de Contas” (CHAGAS et al, 2010, p.11).

A primeira oficina de qualificação foi a temática “Museu, Memória e Cidadania”, no Ponto de Memória do Sítio do Cercado em Curitiba/ Paraná, que contou com relatos de experiência engrandecendo a iniciativa, pois foi a partir dessa iniciativa que os pontos passaram a se aprimorar nos conceitos museais abordados no programa, de forma didática e dinâmica, acessibilizando os conteúdos em seus espaços de aplicação, à comunidade de cada representante. A qualificação foi resultado de ações do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos,

## 1.7 Elaboração de Plano de ação

A etapa da criação do Plano de Ação, foi desenvolvida individualmente por cada Ponto de Memória, para a execução das etapas que vieram a seguir, como: Realização do Inventário Participativo, Desenvolvimento do Produto de Difusão, Ato Inaugural do Ponto de Memória e Estratégias de Sustentabilidade. Cada Ponto de Memória, com os consultores do IBRAM, identificaram qual o tipo de museu que se pretendia criar, moldando seu perfil. Durante o processo de identificação da tipologia da instituição, ao ter contato com o acervo, que iniciou o processo do Inventário participativo, as etapas seguintes funcionam de forma cíclica, onde uma dependia do desenrolar da anterior para ser iniciada.

O Plano de Ação funcionou como plano de trabalho, sendo esse o carro-chefe das atividades que seriam desenvolvidas depois da consolidação do espaço. Esse plano teve a função essencial de organizar os passos seguintes, delegando funções para equipes que faziam parte do Ponto de Memória. Onde a partir da execução do Plano de Ação se desenvolveu o Inventário Participativo, que deu desenvolvimento ao Produto de difusão.

Como resultado de toda essa caminhada que se estabeleceram metas como: construção do histórico da comunidade; resgatar e reafirmar memórias da resistência e luta dos moradores; identificar organizações e manifestações culturais, reconhecer valores e relações construídos a partir das memórias dos moradores (MUSEU DO TAQUARIL, 2011). Um exemplo de como se deu esse processo foi o relato do Plano de Ação do Museu do Taquaril:

“O Conselho do Ponto de Memória do Taquaril acredita que o desenvolvimento do tipo de museu é processual e determinado por variáveis como recursos materiais e pessoais, assim como o amadurecimento do projeto trará apontamentos para atividades e possibilidades de criações (...). No entanto, como estratégia de curto prazo nos empenharemos na instituição de um museu comunitário tpor acreditarmos que este tipo abre possibilidades para uma relação de consequência com os outros tipos apresentados.”(MUSEU DO TAQUARIL, 2011, p. 15)

As ações de Museologia Social passaram a ser abordadas e questionadas nessa etapa do projeto, pois foi quando técnicos e consultores locais<sup>6</sup> passaram a se preocupar com qual tipo de museu seria construído e o que seria feito. Com diversas reuniões, as propostas tomaram forma, mas de início não foi fácil fazer essa mediação entre os representantes e o IBRAM, pois nem sempre era conversado de forma acessível sobre práticas museológicas e sociais.

## 1.8 Realização do Inventário Participativo

O Inventário Participativo, é um instrumento que auxilia no “aprofundamento do conhecimento do patrimônio cultural e material e imaterial local, através do levantamento dos ativos patrimoniais das diferentes localidades de uma região” (JANEIRINHO, 2013, p.74).

Essa ação contou com mapeamento, seleções, reconhecimento, identificação, divulgação e valorização das comunidades frente seus patrimônios materiais e imateriais, como apontado por Maria Célia Teixeira Moura Santos:

“[...] como objetivo principal, a partir das reflexões sobre o patrimônio cultural, a compreensão da nossa identidade cultural em seu rico processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para o nosso desenvolvimento social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. Compreendemos que a qualidade implica participação, conquista, busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é processada na prática social” (SANTOS, 2008, p.102).

As ações da Nova Museologia não são voltadas somente aos valores intrínsecos do objeto, mas a história construída dentro do espaço museal, e o local que passa a ser a ferramenta das comunidades para mostrar sua trajetória política e social, se posicionando de forma ativa e tendo respaldo histórico, seja por meio de práticas cotidianas ou objetos que rementem a narrativa da história daquela comunidade.

Em cada ponto o Inventário Participativo era feito da forma que melhor se estabelecia na comunidade. No bairro Lomba do Pinheiro – RS, por exemplo foi instaurada as seguintes etapas, o formato proposto por Cláudia Feijó da Silva (2013, p.05):

- “a. O bairro foi dividido em 4 microrregiões (faces);
- b. Formou-se uma equipe de mediadores do inventário participativo

---

<sup>6</sup>“É um representante de cada comunidade que ficou responsável por conduzir as atividades específicas do Ponto de Memória de sua localidade. Eles foram instruídos e puderam trocar ideias sobre suas experiências nos Seminários de Consultores Locais promovidos pelo IBRAM.” (AVELAR p. 66 e 67, 2009)

- c. As associações de moradores das Vilas do bairro foram sensibilizadas na intenção de responsabilizarem-se pela pesquisa em cada local e após remeterem os instrumentos de sondagem e pesquisa para os mediadores;
- d. Os bens patrimoniais móveis poderiam ser doados, emprestados ou mesmo permanecer em seus locais de origem;
- e. Os bens patrimoniais imóveis foram mapeados, listados, registrados e fotografados;
- f. As manifestações culturais, consideradas patrimônio imaterial foram listadas, necessitando de registro posterior;
- g. O registro do inventariamento está disponível em material cartográfico.”

O Inventário foi a base do programa, ferramenta que possibilitou mobilização por parte de todos da comunidade para seleção de seus patrimônios elencando o que de fato é importante para contar a história daquele local, seja de forma direta ou por meio de ações isoladas, mas que representassem o todo.

Na teoria, o IP é o que há de mais enriquecedor no programa, porém, para que fosse realizado era necessário diversos recursos materiais e financeiros, fatores esses que acabaram adiando a execução na maioria das comunidades. Na cidade Estrutural, por exemplo, como dito por Abadia em entrevista:

“A gente perdeu muita coisa, muita entrevista boa e fala de moradores antigos por não ter como registrar esses momentos. Não tínhamos dinheiro para a compra de câmera fotográfica ou filmadora. O pouco que temos gravado de anos atrás, é emprestado, nada nosso.”

O que se pôde aproveitar em maioria, foram os objetos doados pelos moradores, que compôs a 1ª exposição realizada no Ponto de Memória da Cidade Estrutural, em seu ato de inauguração. Foi o início da mobilização para o inventário participativo, que ainda não foi totalmente concluído. O que foi desenvolvido até o momento foram as coletas de entrevistas desde 2010. Isso foi possível graças a mobilização da comunidade em falar sobre a história da cidade; o auxílio do grupo de Extensão do Curso de Museologia da Universidade de Brasília na captação de imagens e gravações e câmera fotográfica, filmadoras e computador para edição, adquiridos após o edital de fomento do próprio IBRAM que o Ponto de Memória foi contemplado.

## 1.9 Produto de difusão e ato inaugural

O produto de difusão é o resultado do inventário participativo, onde é trabalhado esse material e aplicado da forma que melhor representa a comunidade, como escolha de cada ponto, “podendo ser uma exposição, um livro, uma mídia, um filme, site, entre outros.” (CHAGAS et al, 2010, p.13)

“Sendo este um projeto que trabalha sobre a memória social no âmbito da museologia, é claramente desejável o impulso à realização de exposições como produtos de difusão, já que estas representariam o início de futuros museus comunitários, instituições que dariam continuidade ao processo de preservação da memória e, ao mesmo tempo, afirmação da identidade e cidadania das comunidades implicadas” (IBRAM, 2011b, p. 13).

O lançamento do produto de difusão aconteceu com o ato inaugural, na abertura oficial da instituição para o público externo. Não foi estabelecida uma data fixa para todas as instituições, mas o mês de novembro de 2010 foi escolhido para possível inauguração, o que não aconteceu de fato, cada instituição foi inaugurada em um momento distinto. Esse evento contou com a presença de técnicos do IBRAM para cerimônia solene e representantes do Ponto de Memória. As ações de sustentabilidade projetadas junto com o programa foram iniciadas a partir do ato inaugural, quando seria abordado qual o público abrangeeria o Ponto de Memória.

### **1.10 Estratégias de Sustentabilidade**

Apesar do enriquecimento cultural promovido pela presença dos Pontos de Memória, a falta de subsídio para que o mesmo se mantenha é um fator preocupante no desenvolvimento desses espaços. No caso da cidade Estrutural, o Ponto concorreu a um edital de fomento, desenvolvido pelo IBRAM no ano de 2011<sup>7</sup>, que garantiu durante um tempo sua manutenção. Com o recurso adquirido foi possível a compra de materiais como câmera fotográfica, filmadora, computador, HD externo, materiais para exposição, entre outros.

Essa preocupação em manter o espaço é algo que perpetua desde os Pontos de Cultura. O que os diferencia nesse quesito é a liberdade que o programa desenvolvido do IBRAM pode concorrer a editais de fomento, o que não era possível nos Pontos de Cultura<sup>8</sup>. Outro meio de sustentabilidade desenvolvido pelos Pontos de Memória é o vínculo a instituições sede. Que é o caso de algumas das 12 comunidades, onde os Pontos são “extensões” de museus locais e existe auxílio por parte destes.

Apesar da promoção de cultura no país de programas como os Pontos de Cultura e Memória é nítida a falta da democratização cultural em que estes estão envolvidos. A

<sup>7</sup> O Instituto Brasileiro de Museus por intermédio do Departamento de Difusão Fomento e Economia dos Museus – DDFEM promoveu a licitação em contemplar 48 instituições com iniciativas de práticas museais, dedicados a memórias sociais. Sendo dessas 48, 45 instituições nacionais e três no exterior. As instituições brasileiras foram contempladas com a quantia de 30 mil reais e as internacionais com 50 mil reais.

<sup>8</sup> A falta de subsídio foi a responsável pelo fechamento de centenas de Pontos de Cultura, programa esse que contou com 3 mil instituições no início.

setorização de público é evidente, pois esses locais em sua maioria contam com parcerias com ONGs, OSs e Oscips que são parte ações populares.

A valorização de atores culturais ainda está muito restrita a ações desenvolvidas nas regiões urbanas no Sul-Sudeste. Dessa forma, há uma concentração de determinado tipo de cultura destinado a uma parcela da população brasileira, onde esses são privilegiados, onde sua produção têm profissionais capacitados, diferente da realidade dos Pontos de Cultura e Memória, que são ações desenvolvidas com membros da comunidade, muita vezes em locais inadequados (CASTRO, 2013, p.52).

## **Capítulo II - A Cidade Estrutural e o Ponto de Memória**

O segundo capítulo narra a história da Cidade Estrutural – DF, desde sua concepção até o momento atual. Discorrendo sobre as lutas e resistências, moradores, associações e movimentos sociais que trabalharam por amparo aos moradores na permanência da cidade. Aborda-se também a infraestrutura local e o avanço considerável no número de habitantes em um curto espaço de tempo, além da presença - ainda que secundária – de ações políticas por parte do Estado, para melhoria local. Seguindo a ordem cronológica da cidade, são mencionadas as ações de memória local, desenvolvidas por movimentos sociais atuantes na cidade. Por fim, descrevendo a participação destes na Estrutural, quais os benéficos em prol da comunidade, a contribuição direta na criação do Ponto de Memória e mostrar as estratégias de mobilização para recebimento do programa.

### **2 História da Cidade Estrutural (luta e resistência)**

A Cidade Estrutural nasceu por volta de 1960, em Brasília. No início contava com um pequeno grupo de família, localizada próxima ao Cruzeiro, Guará e Plano Piloto, regiões administrativas do Distrito Federal. A proximidade com o Plano Piloto, não foi suficiente evitar a presença do Lixão de Brasília alocado na Estrutural. (SANTOS 2013 p.1).

A cidade é tida como um assentamento humano autoconstruído, ou seja, ela surgiu de forma espontânea, com muita precariedade e sem respaldo do Estado. A população era responsável pela elaboração do espaço urbano, que com o tempo foi possível implantar melhorias, chegando ao ponto de desenvolverem atividades clandestinas como rede de esgoto, luz e construção de fossa para obtenção de água (COSTA, 2011, p. 41).

“A invasão, localizada às margens da DF- 095 (ou Via Estrutural ou Estrada Parque de Ceilândia, principal via de acesso entre o Plano Piloto e as cidades de Taguatinga e Ceilândia, no Distrito Federal), tem praticamente a idade de Brasília. No começo da década de 60, famílias ocuparam o local, que recebia entulho das construções. Logo, o lixo de todo o Distrito Federal (as demais cidades que pouco a pouco foram surgindo) também passou a ser levado para a área. O relato dessa trajetória – que não existe em livros sobre a história de Brasília – foi obtido por meio de depoimentos de catadores antigos e pessoas que acompanharam a evolução da comunidade, formada, no princípio, por moradores de rua e gente procedente do interior de Goiás. A princípio, foram atraídas para perto do depósito, com o objetivo de retirar dele o seu sustento, com a venda de objetos encontrados no lixo. Até os barracos (afinal, ninguém tinha onde morar) foram construídos com os papelões descartados pela distante população da capital. Esses primeiros ocupantes – os pioneiros do Lixão – deram origem à comunidade marginal mais antiga da região” (COSTA, 2011, p.41 apud CORRÊA, 2002, p.6).

O contraste evidente entre a realidade da Cidade Estrutural e Brasília – cidade planejada, moderna, com alto poder aquisitivo e local que comporta ministérios, autarquias e toda a política do país – localizada a poucos quilômetros<sup>9</sup> da cidade constituída por barracos de madeira, lixão, moradores desempregados e extrema miséria. Durante muito tempo, a cidade era denominada como “Boca do Lixo”, tendo esse nome estampado em documentos médicos, como cartão de vacina. (COSTA, 2011, p.40)

Durante os processos de luta e resistência dos moradores foi necessário que se gerassem vínculos, porque além de passarem a fazer parte de uma mesma cidade, viverem as mesmas experiências e a busca pelo mesmo reconhecimento, isso fortaleceria os laços em prol do todo.



Figura 1- Vista Panorâmica Cidade Estrutural

Ainda que com a necessidade de aproximação, a solidariedade não era o ponto forte entre os moradores naquele momento, pelo contrário, eram nítidas as diferenças, “mas a unidade necessária à luta pelo direito à moradia revelaria também uma visão de direito ao lugar compartilhado que se contrapunha ao discurso do governo e da mídia, por exemplo” (SANTOS, 2013, p.32). Durante as etapas de conquistas da comunidade, o sentimento de participação política teve sua consolidação, pois a cada benefício almejado, se compreendia que apesar da ajuda do governo, a organização e mobilização dos moradores conseguia chegar ao objetivo proposto

No ano de 1990, foi criado o movimento por direito à moradia, composto e liderados pelos moradores da Cidade Estrutural, considerado um grande processo de participação e resistência, pois aquele espaço era visto como inabitável aos olhos de ambientalistas e do

---

<sup>9</sup> A Cidade Estrutural fica a 10 quilômetros do Plano Piloto.



poder público que frequentemente agia com força policial para a retirada dos moradores da comunidade.

“As primeiras associações formadas na Estrutural foram a Associação dos Catadores, dirigida pelo Sr. Umberto e Associação Comunitária da Vila Velha Estrutural (Ascove), dirigida pela Sra. Alice. A Vila Velha da Estrutural corresponde às primeiras quadras formadas próximas ao lixão, na época com 528 moradores, com mais de 20 anos de Estrutural” (COSTA, 2011, p.42).

Ao ser fundada a Associação de Moradores da Estrutural (Asmoes), em 1996, firmou acordo com o então governador Cristovão Buarque para remanejamento da Alta Estrutural<sup>10</sup> às quadras 1, 2, 3 e 4 da Cidade Estrutural. A transferência ocorreu durante os anos de 1996 e 1997. Contando com cerca de 900 barracos e por fim chegava a 1730 famílias (COSTA, 2011, p. 42 e 43).

Foi estabelecido pela Asmoes um “Termo de Acordo” para cada uma das famílias, com a assinatura da Associação, representante do deputado José Edmar e um representante do Instituto do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab), assegurando legalmente a apropriação do espaço que cada família vivia. No relato dos moradores presente no Dossiê das denúncias do fórum de monitoramento do programa Brasília sustentável na cidade Estrutural, Brasília/DF:

“Um dos momentos que podemos citar como um dos mais difíceis que enfrentou a população da cidade foi a chamada *Operação Tornado*, coordenada pela polícia Militar do DF em 1998, que tinha como estratégia a derrubada de barracos, proibição da entrada de material de construção, gás de cozinha e alimentos para abastecimento de supermercados. Mas, ainda que sofrida e castigada pela falta de amparo e pela condição de exclusão, a população da cidade, sem alternativas oferecidas pelo Estado, permaneceu bravamente construindo os laços que hoje constituem a história e cultura da cidade” (DOSSIÊ, 2011).

É possível perceber o quão foi difícil a permanência na cidade, meio as dificuldades diárias, além das impostas pelos governantes que eram contra a presença dos moradores. Ainda durante esse período, a comunidade sofreu medidas drásticas de desocupação, onde cerca de 1300 famílias foram transferidas para outras regiões administrativas como Riacho Fundo I e II, Samambaia e Sobradinho.

“O sentimento de não aceitação no lugar, ainda que acompanhado da ideia de luta e conquista, estão presentes também nas histórias sobre o Lixão e nas interpretações sobre as recentes mudanças estruturais decorrentes do mercado imobiliário na cidade, que se somam às ações de remoções forçadas empreendidas pelo governo” (SANTOS, 2013, p.157).

---

<sup>10</sup> Espaço que hoje comporta a Cidade do Automóvel.

Apesar de todas as dificuldades que os moradores sofriam, o desemprego e a extrema pobreza passaram a ser o fator que maior se opunha a uma moradia digna. A renda da maioria das famílias era por conta do lixão, onde estes se tornavam catadores e vendiam os lixos devidamente separados às grandes empresas de reciclagem, ainda que isso trouxesse uma renda mesmo que mínima pra família, os catadores não contavam com remuneração justa, salário fixo, férias, FGTS ou folgas semanais.



Figura 2 - Lixão da Estrutural

## 2.1 O complexo processo de regularização da Cidade Estrutural/DF

Em 2002, foi sancionado o projeto de lei complementar nº 530, que regularizava a ocupação da Estrutural, pelo então presidente da Câmara Legislativa do DF o Deputado Distrital Gim Argelo e apresentado pelo Deputado Distrital José Edmar, que assumiram compromisso com a cidade. Porém, a lei foi revogada e tida como inconstitucional, pois não era da competência dos deputados legislar dessa forma, conforme sancionado anteriormente na Lei Orgânica do Distrito Federal (COSTA, 2011, p.41 apud CORRÊA, 2002).

Embora o sentimento de menosprezo faça parte da vida dos moradores, em sua maioria por viverem na Estrutural, os mesmos reconhecem o alto valor com que a cidade é vista por estar cercada por lugares caros e contar com uma localização privilegiada, aumentando a especulação imobiliária da cidade. O fato do lixão ainda fazer parte da Estrutural é o que limita o acesso de mais moradores nesse espaço. Segundo a percepção

de alguns moradores, as pessoas de fora não saberiam lidar com a proximidade do lixão, pois não sabem a importância disso na concepção e manutenção da cidade no seu início.

O número de habitantes desde a criação da cidade aumentou consideravelmente como é possível observar:

<b>Anos</b>	<b>Média de Moradores</b>
1986	528
1991 – 1996	900
1997	1730
2003	25.132
2011	25.732
2014	35.801

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Scia – Estrutural - Pdad 2013/2014.

Em entrevista com a moradora e líder comunitária, Abadia, ela relata a dificuldade em mobilizar os moradores da cidade Estrutural atualmente. Esse empecilho é resultado da expansão da cidade, visto que em 30 anos o número de habitantes aumentou em mais de 30 mil pessoas, dificultando o alcance de informações locais a todos. Ao andar pela Estrutural a procura de informações, você se depara com a realidade atual da cidade, boa parte dos trabalhadores daquele espaço não são moradores dali. São indivíduos vindos de cidades vizinhas, enquanto os moradores também saem para outras cidades.

Essa mão de obra externa muitas vezes é resultado da falta de qualificação dos próprios moradores, visto que a ausência de escolas e espaços de qualificação – cursos técnicos e superiores – gera essa necessidade. Atualmente essa realidade vem sendo modificada, com a presença dos movimentos sociais, como o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural, junto do Coletivo da Cidade, que proporcionam aos moradores espaços de promoção a qualificação profissional, pessoal e intelectual.

## **2.2 Infraestrutura**

No entanto, no ano de 2003, a cidade não possuía nenhum tipo de infraestrutura, tendo água e energia elétrica de forma precária. Durante esse período a cidade contava com cerca de 30 associações comunitárias que lideravam as lutas constantes, sendo essas compostas por representantes politizados e atuantes, contando ainda com 19 prefeitos de quadra, onde o objetivo era lutar pelos interesses e direitos de todos os moradores.

As associações que um dia lutaram pela regularização da infraestrutura básica da cidade, ainda buscando urbanização, instalação de postos e hospitais, rede de esgoto regularizada, asfalto, espaços culturais de lazer, segurança e emprego. Sem falar aumento no número de escolas, uma vez que a maioria das crianças são obrigadas a irem para as cidades próximas para ensino básico, pois as escolas da comunidade não são suficientes para comportar o número de crianças.

“O nível sócio-econômico-cultural é baixíssimo. O comércio ainda é bastante precário, quase todos estabelecimentos comerciais não são registrados. Existem vários comércios de caráter familiar, o que poderia propiciar um desenvolvimento da Economia Solidária e que seria bastante positivo para a comunidade, uma vez que é alto o índice de desemprego e a maioria dos empregos são informais com baixo nível salarial. Cerca de duas mil famílias trabalham no lixão. O capital de giro do comércio é dos catadores de lixo, mas faltam condições melhores de trabalho, que garanta seguridade social, plano de aposentadoria, etc” (MECE, 2010, p.5).

A segurança ainda é uma vertente que pauta a luta das associações, visto que por conta da falta de controle no aumento excessivo de moradores em um curto espaço de tempo, o índice de assaltos, roubos, furtos e homicídio aumentou consideravelmente. Ainda que com a presença de postos policiais espalhados na cidade, esse dado é alarmante.

Esse fator está diretamente associado ao descaso do governo com os jovens da cidade, pois os que não conseguiam estudar na própria Estrutural, precisavam ir às cidades vizinhas e muitas vezes por conta da falta de dinheiro para pagar as passagens, estes se viam obrigados a deixar o estudo de lado. Em decorrência, ao procurar emprego eram taxados como desqualificados por não possuírem ensino básico, conseqüentemente alguns partiam para o mundo do crime, até mesmo pela falta de oportunidade de crescimento (emprego) dentro da cidade que vivem. (MECE, 2010, p, 4)

## **2.3 Ações de Memória**

A necessidade de boa parte dos moradores da Cidade Estrutural em se reafirmar buscando uma identidade própria, é o ponto chave para a preocupação no que diz respeito à preservação. As constantes lutas que viveram e ainda vivem para que sua comunidade seja vista como um espaço digno de moradia é o que impulsiona os movimentos sociais e associações que atuam na cidade.

Quando o termo preservação é visto no contexto amplo nas formas de expressão, saberes, celebrações e manifestações culturais, é tido como uma raiz a ser trabalhada por gerações, pois é onde se baseia a perpetuação de determinado ato ou saber, tendo em vista o Registro de Bens, que foi respaldado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ano de 2000:

“O Registro de Bens Imateriais, instituído pelo IPHAN em 2000 (Decreto 3.551/00) é um instrumento que propõe a documentação e a produção de conhecimento como formas de preservação. O reconhecimento consiste na inscrição do bem cultural em um dos 4 Livros de Registro que foram abertos:

- o das **Celebrações**, para reconhecimento de rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- o das **Formas de Expressão**, voltado para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- o dos **Lugares**, destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem certas práticas culturais coletivas;
- o dos **Saberes**, que se refere aos conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades.” (FREIRE, 2005 p.15).

Trazendo essa ideia para o contexto da Cidade Estrutural, o que os moradores fazem questão de estampar com orgulho, é narrar sua história através de fatos verídicos, ainda que muitos episódios tristes – expulsões, força policial, entre outras – mostrando que o que hoje é visto como um lugar tranquilo de se viver e construir moradia, já passou por diversos episódios para a consolidação atual. É nesse ponto que entra a história da cidade, juntamente com a atuação da museologia social, pois “essa aproximação se justifica pela necessidade de se garantir o direito à memória das populações menos favorecidas” (QUEIROZ, 2015).

Os ideais da museologia social estão firmados em mostrar ao povo que independente de por quem e como foi escrita a história de determinada comunidade, ou grupo de moradores, essas trajetórias devem ser narradas, contadas e até expostas. É viabilizar que a representatividade de determinado grupo passe a ter mérito dentro de espaços sociais. Como mencionado anteriormente, os bens não necessariamente são objetos que remetem a história de um povo, patrimônio é mais que isso, é mostrar das mais diversas formas como se deu a consolidação da identidade daquela comunidade, vila, município, estado, nação, garantindo-lhes a sua pluralidade e diversidade social.

Sabe-se atualmente que a todo momento há produção de cultura. Independente de onde nasce à mesma deve ser repassada e firmada na identidade de suas origens. É a partir dessa ótica que surge a necessidade de preservação de patrimônios culturais locais, é o meio de valorizar o que foi produzido por comunidades muitas vezes esquecidas.

A memória estampada nessas histórias, mesmo que contadas de forma distinta por alguns moradores<sup>11</sup> é o que buscava o IBRAM na implantação dos Pontos de Memória, visto que a valorização da preservação da memória local e regional. A ferramenta usada para que se inicie o registro dos bens que a comunidade identifica como de valor e por consequência, passíveis de musealização, o que inclui sua preservação é o Inventário Participativo, que auxilia no mapeamento desses bens culturais passíveis de musealização.

No Brasil, se tem respaldo legal para a musealização desses bens, esses são descritos no 2º artigo do Decreto nº 8124:

“I - bens culturais - todos os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território;

II - bens culturais musealizados - os descritos no inciso I do **caput** que, ao serem protegidos por museus, se constituem como patrimônio museológico;

III - bens culturais passíveis de musealização - bens móveis e imóveis, de interesse público, de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2013)

A ideia de patrimônio atrelada a monumentos foi quebrada desde a concepção de patrimônio imaterial trazido pelo IPHAN, é quando se passa a valorizar a história de determinado grupo, a partir de suas referências culturais<sup>12</sup>, deixando que essas digam por si só, como foi moldada aquela comunidade.

Dentro da Cidade Estrutural, não é diferente, a busca por preservar sua história. Em 1998, o Deputado Distrital José Edmar, organizou acervo composto por fotografias, vídeos, cartuchos de balas, bombas e outros materiais resultado da Operação Tornado, reunindo-os em uma das casas da cidade, nomeando esse local de “Museu do Sangue”.

A Operação Tornado iniciou em 1998, no mês de agosto, quando a comunidade foi obrigada a sair da antiga estrutural (onde hoje está localizada a Cidade do Automóvel) para

<sup>11</sup> Isso acontece muito por conta de questões políticas de cada morador, sendo que alguns se veem representados por determinados governantes, diferente de outros, o que acaba divergindo algumas informações.

<sup>12</sup> Referências culturais, nas palavras do antropólogo Antônio Augusto Arantes: “ (...) são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura” (FREIRE apud Andrade & Arantes).

o endereço atual. Isso gerou conflito entre governo - que na época era liderado por Cristovam Buarque - comunidade e policiais.

Os moradores resistiam às investidas da polícia e eram obrigados a sair à força de suas casas. Muitos moradores foram mortos, diversas casas derrubadas e ainda houve a morte do soldado Rubens Farias, piorando a relação entre ambos. Como relatado por pessoas que viviam na cidade:

“Na época, o cenário era semelhante ao de um campo de concentração nazista, como lembra o advogado. A cidade foi cercada. Ninguém entrava ou saía livremente. Não havia água, luz, telefone, gás. A alimentação era restrita, inclusive, o leite das crianças, como conta um morador. As pessoas não podiam levar móveis ou utensílios de casa, além de serem presas em jaulas. À noite, pedidos de socorro, gritos e tiros eram a trilha sonora” (ROLIM, 2015).

Ainda que o Museu do Sangue trouxesse uma carga delicada quanto a algumas memórias da comunidade da Cidade Estrutural e independente se a história ali mencionada fosse verdade ou não, a importância daquele local para aquele povo é contar através de fatos e objetos como foram sofridos os processos para que esse espaço pudesse ser usufruído como é hoje.

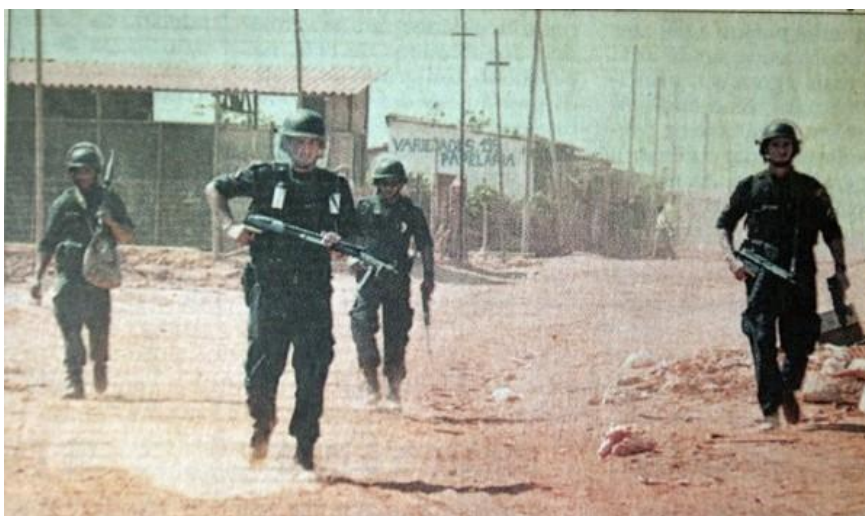


Figura 3 - Operação Tornado

Como relatado por moradores da cidade, o Museu do Sangue era parte dos conflitos políticos da cidade, ainda que envolvido com políticos, como o deputado Zé Edmar, era uma ferramenta que representava a versão dos moradores daquela história ali vivida. Muitos adversários políticos se opunham ao espaço, devido a narrativa dos acontecimentos, o que de forma alguma tirava legitimação daquela comunidade, pelo contrário, era um espaço político dentro da Estrutural, que compunha sua memória (SANTOS, 2013 p.174).

## 2.4 Movimentos Sociais atuantes na Cidade Estrutural e Ponto de Memória

Os movimentos sociais nascem a partir da necessidade de se impor às condições estabelecidas arbitrariamente, é quando há “descoberta da sociedade como lugar da política”, os indivíduos não se enxergam apenas como expectadores, mas passam tomar a frente e agirem como sujeitos sociais, que buscam melhorias, questionam o poder e com a mobilização, forma característica dos movimentos, passa a ganhar voz e se auto representar. (GOSS, 2004, p.03)

Segundo Gohn (1997), “os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil”, que desenvolvem processos de formação de identidades em espaços não institucionalizados em sua maioria coletivos, promovendo modificações nas comunidades. (GOHN, 1997)

A Cidade Estrutural em seu processo de consolidação contou com diversos movimentos sociais que lutaram em prol de melhorias da cidade. Muitos desses movimentos eram liderados pelos moradores antigos que trabalhavam o sentimento de pertença com os demais. Diversas associações de moradores também surgiram, onde essas eram organizadas de forma mais simples por causas pontuais.

Partindo dessa ótica da mobilização popular, os movimentos sociais são atores importantes para a história da cidade, principalmente por lutarem constantemente pela identidade da Estrutural, não mais aliada a outras cidades vizinhas, mas com a sua cara, com seus sujeitos sociais.

Frequência	Frequenta							
	Museu		Cinema		Teatro		Biblioteca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	35.720	99,77	31.648	88,41	35.579	99,37	34.833	97,30
Raramente	81	0,23	2.157	6,02	81	0,23	806	2,25
Às vezes	-	-	1.472	4,11	121	0,34	101	0,28
Frequentemente	-	-	524	1,46	20	0,06	60	0,17
Não sabe	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35.801</b>	<b>100,0</b>	<b>35.801</b>	<b>100,0</b>	<b>35.801</b>	<b>100,0</b>	<b>35.801</b>	<b>100,0</b>
Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SCIA-Estrutural - PDAD 2013								

Apesar da grande busca por espaços de debates e promoção cultural na cidade, dados recentes mostram a carência no acesso a espaços culturais por parte dos moradores. Como demonstrado na figura acima, poucos moradores frequentam museus, cinemas, teatro e bibliotecas. Esses dados são alarmantes se tomada a ideia que a população da cidade quando essa mostra ocorreu era por volta de 30 mil habitantes.



Os principais movimentos sociais que mostram a busca por mudança na realidade da cidade Estrutural, são o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE), Prefeitura Regional Comunitária (PRECES) e o Coletivo da Cidade. Esses movimentos são compostos por voluntários que visam viabilizar espaços de crescimento pessoal, desenvolvimento intelectual e apropriação de seus direitos. São debatidos dentro desses grupos a importância em mudar a forma que a Estrutural é vista pelos demais moradores do Distrito Federal, ensinando política e construção de sujeito histórico.

#### **2.4.1 Movimento de Educação e Cultura da Estrutural**

O Movimento de Educação e Cultura da Estrutural nasceu da iniciativa conjunta de algumas alfabetizadoras, educadoras e educadores populares que já atuavam na Cidade Estrutural. Desde o ano 2000, uma das moradoras, Vanderlina, iniciou com alguns educadores o processo de alfabetização na cidade, visto que a taxa de analfabetismo era alta, principalmente em jovens e adultos, devido à ausência de escola na comunidade com programas de Escola para Jovens e Adultos, ou até mesmo o ensino médio regular. As aulas aconteciam em sua maioria na casa das alfabetizadoras e igrejas, por não haver espaço disponível (MECE, 2009)

No ano de 2003, algumas moradoras participaram de uma oficina de formação para que estas atuassem na Estrutural como alfabetizadoras, nos moldes de Paulo Freire, dando ênfase a Educação Popular. Cada uma das moradoras qualificadas passaram a liderar um grupo, criando nove turmas de alunos de diversas faixas etárias, esse segundo momento contou com a parceria do Programa Brasil Alfabetizado, vinculado a Central Única de Trabalhadores – CUT/DF.

Em meados de 2004, restaram apenas três turmas das nove que iniciaram, essa evasão deu-se por conta dos alunos que aprendiam a ler e não tinham interesse em dar continuidade nas aulas, outros desistiram pela dificuldade em conciliar trabalho e as reuniões, o restante persistiu até o objetivo final, que era ler e tentar ingressar na escola regular, no caso de adolescentes. Dois anos após a permanência das três turmas, o MECE grupo de alfabetizadoras iniciou a parceria com o Centro Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE, tendo mais interação do que viria a ser Educação Popular na prática e participando de eventos como o Fórum EJA.

A partir de 2007, foi formado o Escola Livre, que tinha como objetivo formar alunos com conteúdo de 1ª a 4ª série, dentro da visão de mundo e saber dos participantes. Esse projeto funcionou por três anos, onde dentro da sala de aula era trabalhado conceitos gerais

cotidianos como habitação, saúde, trabalho, entre outros. Esse novo projeto contou com espaços escolares para que o mesmo conseguisse alcançar o maior número de alfabetizando e com o mínimo de conforto.

Com a finalização do projeto Escola Livre no ano de 2009, o grupo de alfabetizadoras, formado pelas moradoras da primeira iniciativa, juntamente com as mulheres do Escola Livre, se uniram e propuseram a criação de um novo movimento social que viria a ser o MECE, Movimento de Educação e Cultura da Estrutural.

O MECE é composto por moradoras da cidade Estrutural e pessoas de outras cidades vizinhas que também tiveram um processo de resistência e lutas constantes para firmamento em seu espaço atual e ações em prol de educação na comunidade. O objetivo do MECE é promover uma educação de qualidade na Estrutural contribuindo para que os moradores passem a ter autonomia, conscientização da importância do seu papel na construção de lutas coletivas, mostrando que se pode criar uma cidade sem opressores e oprimidos.

“Nesse sentido entende que se engajar na organização da memória e museu da Estrutural, estará apoiando a luta da população para a preservação da sua identidade através da guarda de sua história e contribuindo para que a história seja contada sob a ótica de seus moradores” (MECE, 2009, p.03).

Dessa forma, o grupo de mulheres alfabetizadoras e voluntárias, acredita que se organizar para preservar e a memória coletiva da cidade se daria a partir da construção de um Museu da Estrutural, fazendo com que o MECE alcance seu maior objetivo dentro da comunidade.

#### **2.4.2 Prefeitura PRECES**

A Prefeitura Regional Comunitária (PRECES) é uma associação de moradores, que desde o ano 2000 se mobilizou e organizou em formato de chapa, para ser o porta-voz da cidade Estrutural frente à administração. Desde o ano de sua criação até o momento atual, ocorreram três eleições. O tempo de mandato inicialmente seria de quatro anos, mas devido a fatores externos, não tem sido possível organizar dessa forma. (GUEDES, 2016)

Em 2004, foi criado por parte da administração, pequenas prefeituras de quadra, onde cada conjunto de casas tinha seu “representante”, que levava até instâncias maiores as necessidades dos moradores locais. Porém, esse método veio a implicar com o formato estabelecido anteriormente da PRECES, visto que quando os ideais entre a prefeitura

regional e a de quadra se contrapunham, enfraqueciam a força popular dentro da cidade. A maior crítica dos representantes da PRECES em relação aos outros “prefeitos” é que em sua maioria eram eleitos por vínculos políticos, potencializando os interesses de terceiros e não dos moradores da comunidade. (GUEDES, 2016)

No ano de 2014, a administração da Cidade Estrutural mobilizou moradores para concorrerem à eleição que iria compor a Prefeitura Regional, ano esse que tornou a disputa acirrada visto que os novos candidatos apoiados pela administração contaram com campanhas e investimentos, com o objetivo de enfraquecer o grupo que permanece na prefeitura desde 2000. (GUEDES, 2016)

A PRECES carrega em sua história um papel de representatividade junto ao governo, levando os moradores a Estrutural ao patamar elevado, colocando-se junto a grandes grupos políticos para debates em busca por melhorias. Dentre as diversas conquistas por parte da prefeitura comunitária está a luta por escolas na cidade. Apesar do alto número de crianças e adolescentes moradores da comunidade, a ausência de escolas suficientes para contemplar seus moradores ainda é evidente. (GUEDES, 2016)

A prefeitura em sua busca constante por melhorias e entendendo sempre o quanto necessário era que se estabelecesse uma liderança composta por pessoas que viveram os tempos de resistência, provocara mais ainda o sentimento de memória daquele povo. Os representantes eleitos percebiam o quanto necessário era que a comunidade tivesse voz e colocasse sua “verdade” para fora, onde os grupos que entravam em acordo com os governos fossem compostos por quem ali viveu e passou “o pão que o diabo amassou” para tornar a cidade como se encontra agora. (GUEDES, 2016)

A necessidade de se mostrar e poder contar sua história, onde você é o narrador e lutar por ela, é o que move aqueles moradores para que organizações como essas fossem feitas. Um dos líderes da PRECES participou em uma das rodas de memória do Ponto de Memória e trouxe à tona o sentimento de desrespeito que viveu durante todos os anos em que esteve à frente das lutas políticas. Assim como o MECE, a PRECES tinha o objetivo de dar autonomia aos moradores, não mais distorções acerca de sua história. (GUEDES, 2016)

#### **2.4.3 Coletivo da Cidade e Associação VIVER**

A associação VIVER surgiu em 2001, na Cidade Estrutural prestando à comunidade serviços esportivos, educacionais e oficinas, que promovam inclusão social e diminuam conflitos sociais. O trabalho desenvolvido pelo grupo não fica restrito às crianças e adolescentes, mas também se busca trabalhar com os familiares destes para otimizar o

trabalho desenvolvido semanalmente. Para que o alcance seja maior, a associação conta com a parceria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST/GDF, além de algumas entidades públicas e privadas que apoiam a causa. A VIVER desenvolve seu trabalho há 15 anos na cidade Estrutural, mas seu início foi em 1993, vinculado a Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, na cidade do Cruzeiro. (VIVER, 2012)

Por volta de 2012, alguns membros da Associação VIVER decidiram se desvincular do projeto matriz e criaram um novo grupo denominado Coletivo da Cidade. O coletivo desenvolve o projeto nos moldes da VIVER, buscando primeiramente a melhoria na vida dos jovens da cidade Estrutural e seus familiares. O que os diferencia os dois movimentos sociais de maneira significativa, é o fato de não serem associados a nenhuma vertente religiosa.

As atividades do Coletivo são realizadas nos dois turnos, para que crianças que estudem em horários contrários possam ser beneficiadas pelas ações da entidade. Dentre os cursos e oficinas oferecidos encontram-se “informática, inglês, francês, espanhol, rádio, violão, artes, leitura crítica, literatura, xadrez, jogos pedagógicos, artesanato, desenho, break, apoio pedagógico, e muitas outras atividades” (COLETIVO, 2013).

Os membros que compõem o Coletivo são pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, além dos moradores voluntários que atuam na realização das atividades. Em dado coletado no ano de 2013, o grupo atendia cerca de 200 crianças, entre 10 e 14 anos. “O objetivo comum é criar um espaço de aprendizagem e convivência comunitária” (COLETIVO, 2012)

A capacitação profissional e o trabalho pedagógico artístico são fatores fortes dentro das ações do Coletivo, visando à melhoria na vida dos adolescentes e instigando a experimentar um pouco do leque artístico oferecido pelos próprios moradores. A necessidade da criação de mobilizações como essa, nasceu da preocupação com as crianças da cidade Estrutural, visto que a cidade tem um dos mais altos índices de violência e o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal.

Os membros entendem que o Coletivo funciona como um complemento escolar, onde muitas crianças passam seus dias aprendendo coisas novas ao invés de irem para a rua, enquanto seus pais trabalham.

## 2.5 Processos para a consolidação do Ponto de Memória

Entendendo a vontade de memória e para os moradores da Estrutural, foi o que motivou e impulsionou alguns representantes dos movimentos em concordar com a criação do espaço que mostrasse com clareza a trajetória da cidade. Mesmo com seus sofrimentos, alegrias e conquistas constantes. E que trouxesse a voz de um povo que independente da forma que foi construída, tem história para passar e ensinar. É preservar a memória de luta e mostrar como foi formada a cidade que vivem.

No ano de 2008, os técnicos do Instituto Brasileiro de Museu – IBRAM entraram em contato com alguns movimentos sociais<sup>13</sup> da Cidade Estrutural demonstrando a vontade da implantação do Ponto de Memória na cidade, considerando a importância de se preservar a história da comunidade.

Em 2009, uma das líderes atuantes da Cidade, Deuzani, foi procurada pelo IBRAM que queria saber se o MECE tinha interesse em acolher o projeto piloto do programa. Os participantes do MECE organizaram alguns grupos da região para uma reunião com o IBRAM para esclarecimento da proposta e quaisquer dúvidas por parte dos moradores. Entre os grupos que fizeram parte da reunião, estava a Associação VIVER e a Prefeitura Regional Comunitária. Ambos aceitaram a proposta e passaram a mobilizar os moradores para engajamento no programa que viria a acrescentar nas ações de memória da cidade (SANTOS, 2013, p.175).

Moradoras da cidade e participantes dos Movimentos dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Abadia, Alessandra e Fernanda, juntamente com o Ponto de Memória dividiam os custos da “Casa dos Movimentos” que abrigava os diversos movimentos que compunham a comunidade.

Depois do fechamento do Museu do Sangue, a cidade ficou sem uma referência sobre as memórias do local, onde as discussões sobre a desativação desse espaço gerou muita repercussão, pois há quem alegue<sup>14</sup> que isso aconteceu por mandado do ex-governador Cristovam Buarque, levando em conta que a história contada pela instituição

---

<sup>13</sup> [...] eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência de que são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória quem quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência se recria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam”(CHAGAS, 2011, p.07 apud GOHN, 2003, p.14).

<sup>14</sup> Segundo o Jornal Ao Vivo de Brasília, por um acordo firmado entre o deputado José Edmar e Cristóvam Buarque, visto que Cristovam alegava que o museu mancharia sua carreira política.

“manchava” o mandato do governante, pelo cunho narrativo e acervo que mencionava a Operação Tornado.

Devido o Ponto de Memória ser um programa desenvolvido pelo Governo Federal, muitos achavam que era uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores para amenizar os fatos passados feitos pelos governantes desse partido<sup>15</sup>. Essa associação se deu pelo formato político que o programa tem em sua essência, quando se propõe a mediar poder público e sociedade e se mostrar a frente de uma narrativa, não mais contando com imparcialidade nos fatos, mas se posicionando:

“O museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural. Já não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. Trata-se de uma denodada luta para democratizar a democracia; trata-se de compreender o museu como um lápis, como uma singela ferramenta que exige certas habilidades para ser utilizada” (CHAGAS, 2011, p. 5 e 6).

Os museus atualmente não são mais vistos como uma instituição neutra ou de reprodução, estes assumem atualmente a dimensão política, bem como a Museologia, conceito esse defendido por Santos (2014, p.103). Essa discussão provoca questionamentos como: qual a função do meu museu para a sociedade? Existe articulação de instituição com a comunidade que o mesmo se encontra? Há promoção cultural acessível para todos os públicos?, indagações essas que permitem que se pense no museu como uma alavanca para debate político, não só um local que conta histórias, mas que provoque o público e permita que esse se conecte com o que está ali sendo passado.

Os museus brasileiros têm como princípios fundamentais, estabelecidos pela Lei nº 11.904 de Janeiro de 2009:

- I. A valorização da dignidade humana;
- II. A promoção da cidadania;
- III. O cumprimento da função social;
- IV. A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural [...] (BRASIL, 2009)
- VI. O intercâmbio institucional.

<sup>15</sup> Apesar das militâncias desenvolvidas na Cidade Estrutural estarem em sua maioria vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, muitos moradores ainda se opõem a tudo que se refere ao partido, devido as divergências no processo de resistência na cidade.

Dessa forma, a democratização está estabelecida promovendo ações de inclusão sociocultural, educação, desenvolvimento local, seminários, articulações, além de cursos de formação, em algumas instituições para que passe a ser trabalhado de forma prática o que é proposto nos princípios fundamentais, formato esse que já vem sendo aplicado em museus tradicionais e que já é tido nos comunitários desde sua concepção.

A importância em se trabalhar a memória na Cidade Estrutural é tida como o gás para trazer aos moradores a sensibilidade no que diz respeito à perpetuação da história de lutas constantes e resistência daquele povo, é mostrar para os futuros e novos<sup>16</sup> moradores como foi difícil se firmar naquele espaço e quanta gente deu o sangue para que conquistas fossem alcançadas.

A falta de suporte por parte do Estado e a necessidade do autossustento, despertou na comunidade uma força absurda e amadurecimento político, dessa forma, hoje se nota que as pessoas que estão à frente dos movimentos sociais, associações e coletivos da cidade, sabem se respaldar politicamente e mediante fatos passados para se opor a qualquer promessa infundada de quem queira ganhar votos por meio de falatórios sem nexos.

Dessa forma, na Estrutural se faz política também ao se “eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” e, diante das sempre presentes ameaças de expulsão, aqui também se entende que “preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal” (EQUIPE, 2014, p. 382 apud CHAGAS, 2009, p. 165).

Como reforçado por Abadia, a preservação da cidade é parte da vida do catador que sempre trás para casa objetos, nem sempre visando utilidade imediata, mas passando a ser parte da coleção do que é a Estrutural, além de acreditar que o Ponto de Memória é a forma de contar de maneira crítica a história é poder olhar para o que foi vivido e fazer uma análise (EQUIPE, 2014, p.382).

Dessa forma, os processos que os moradores passaram na Cidade Estrutural assimilando-o a memória é o que vem a tona como orgulho junto com o sentimento de superação e amadurecimento, ainda com o orgulho do reconhecimento que está intrínseco junto com a memória daquele povo, elegendo-os como vitoriosos.

O Conselho Gestor do Ponto de Memória, conta atualmente com dez membros, componentes esses que estão vinculados a um desses movimentos sociais, pois ao criar esses grupos, a ideia de ter um espaço que abrace sua causa e promova melhoria para a comunidade, é o desejo em comum de todos.

---

<sup>16</sup> Moradores que não participaram das “guerras” que muitos passaram para permanecerem onde vivem atualmente.

### **Capítulo III – O Ponto de Memória e a relações sociais com a população**

Como mencionado no capítulo anterior, o Ponto de Memória da Estrutural teve suas estruturas firmadas desde o ano de 2008 quando o IBRAM iniciou a implantação do programa nas 12 comunidades iniciais, sendo estas escolhidas diferentemente do formato atual do programa Ponto de Memória. A partir das reuniões entre IBRAM e representantes dos Pontos os ideais propostos passaram a colocar a teoria em prática, promovendo as relações entre os representantes de todo o país – das comunidades escolhidas – para que o processo de gestão compartilhada tomasse forma. As ações desenvolvidas pela instituição buscavam ter um alcance envolvendo muitos moradores da Estrutural, mas principalmente os que não conhecem ou viveram as história de resistência da comunidade.

#### **3.1 Criação do Ponto de Memória**

Para que o Ponto de Memória fosse consolidado, o primeiro passo foi a mobilização por parte dos movimentos sociais a frente da cidade, com os moradores, levando em conta que esse novo formato de museu tem como fundamento a participação social e voluntária.

Desde o protótipo do projeto, o IBRAM deixou clara a necessidade de formação de instâncias deliberativas que formariam a comissão de gestores que passariam a representar o Ponto em reuniões, seminários e até mesmo frente à comunidade. Na Cidade Estrutural, não foi diferente, a escolha foi feita por pessoas que participaram das reuniões pioneiras com o IBRAM e moradores que já atuavam no que diz respeito aos assuntos que envolvessem benefício de todos.

O Movimento de Educação e Cultura da Estrutural, é liderado pelas moradoras Maria Abadia Teixeira de GUEDES e Deuzani, mulheres que desde a concepção do Ponto fizeram questão de participar das articulações com o IBRAM e representar a comunidade mostrando a importância do Ponto de Memória da Estrutural, potencializando a necessidade de preservação da memória.

Para que a comunidade entendesse um pouco melhor a proposta do IBRAM, oficinas coordenadas pelo Museólogo Mário Chagas trabalharam a ideia de memória associada à museologia social, bem como os conceitos preservação e patrimônio.

Essas contribuições reforçaram a vontade da comunidade em apoiar e integrar o programa Ponto de Memória na Estrutural, reiterando sempre a importância da preservação da memória coletiva. As atividades atreladas ao Ponto sempre contaram com a organização



entre IBRAM e representantes dos movimentos da cidade, dando respaldo aos moradores de que essas ações visavam benefícios para todos, não só engrandecendo o projeto em si.

Outro fator importante a salientar é que os movimento sociais mais atuantes na cidade são em sua maioria compostos apenas por mulheres, sendo esse o reflexo dos moradores da cidade, onde cerca de 70% da população são do sexo feminino. Além das questões de gênero que sempre são tratadas na Estrutural, outro dado alarmante é que a comunidade tem boa parte da população da cor negra, como trazido por Abadia “a estrutural tem cor e essa cor é negra”.

### **3.1.1 Cronologia de Atividades**

Desde a fixação do Ponto de Memória na Cidade Estrutural, diversas atividades foram desenvolvidas pensando na interação da comunidade, lembrando o quanto era essencial essa participação. Do ano de 2010 até os tempos atuais, as atividades foram as mais diversas, totalizando cerca de 20 eventos, estes organizados pela equipe do Ponto de Memória – que é composta por moradores que são atuantes nos movimentos sociais da cidade, como MECE, Prefeitura Regional Comunitária - PRECES e o Coletivo da Cidade – IBRAM e moradores que se dispuseram a ajudar no que fosse preciso.

### **3.1.2 Rodas de memórias**

Antes da abertura oficial do Ponto de Memória, a cidade Estrutural, juntamente com o IBRAM desenvolveram algumas rodas de memória para que houvesse interação entre o Instituto e a comunidade, sendo primordial a presença dos moradores contando histórias da cidade.

A primeira aconteceu no ano de 2010, denominada Café com Memória, que contou com a presença de técnicos do IBRAM e a comunidade. Onde Geralda Dias e Elias Mendes, pioneiros da Estrutural, relataram como era difícil resistir e sobreviver na cidade com as constantes ameaças de remoção e por conta do medo de saírem para trabalhar e na volta terem suas casas derrubadas, muitas famílias abriam mão de seus empregos fixos. Para Elias:

“[...] o ponto de memória é a oportunidade de a Estrutural desenvolver um trabalho que não conte apenas fatos políticos, mas reflita a comunidade. Os moradores querem criar um museu que mostre experiências e vivências antigas e que deram origem à comunidade, mas também abrir espaço para

os hábitos atuais dos moradores, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos” (IBRAM, 2010).

Na fala de Abadia, membro do conselho gestor do Ponto de Memória, ela alega a importância da presença das escolas no espaço, para que alunos façam pesquisas, contem suas histórias e vejam como um meio de divulgarem suas experiências de vida. Ainda durante o relato da moradora, ela menciona a importância do museu dentro da comunidade e anseia que o projeto seja levado para todo o país. (IBRAM, 2010)

Valorizar a memória, não é preservar a memória apenas dos moradores, mas também mostrar que a união em busca de objetivos comuns os fez alcançar o desenvolvimento local.

“Os moradores da Estrutural sempre receberam coisas materiais, principalmente vindas de políticos. Mas não adianta só receber, é preciso aprender como tudo aconteceu para despertar na comunidade a vontade de retribuir e de fazer algo pelo outro”, defende a moradora Clara Soraia Ribeiro [grifo do autor] (IBRAM, 2010).

Esse evento em especial que contou com a presença de personagens tão importantes na história da Cidade Estrutural, gerou o sentimento de participação de diversos moradores, a partir dessa experiência muitos se propuseram a contribuir com o acervo do museu, doando fotografias, objetos e o que mais fosse necessário para contar e descrever a trajetória da comunidade. A roda de memória foi gravada e faz parte acervo permanente do Ponto de Memória da Cidade Estrutural.

O segundo encontro ocorreu em 2011, que contou com a participação de boa parte dos pioneiros da cidade e antigos líderes políticos dos movimentos de resistência da Cidade Estrutural. Esse segundo encontro teve a participação ativa dos moradores, onde foi possível perceber que naquele momento muitos familiares contavam como tinha sido o processo de fixação ali, histórias estas muitas vezes não relatadas dentro de casa.

Em entrevista, Abadia revela o quão delicado foi essa trajetória, onde alguns excatadores relatavam suas experiências do sustento pelo lixão, alguns lidando com a reciclagem e outros moradores que se alimentavam de lá. Durante a fala dos moradores era notória a emoção ao reviver os momentos difíceis. Muitos alegavam ter perdido familiares e contraído doenças devido à exposição, porém, mesmo conscientes, muitos sabiam que era a única forma de sustento para sua família.

O fator do preconceito quando se dizia viver na estrutural pesou ainda mais quando a mídia passou a retratar as ações policiais que ali ocorriam, sempre deixando a entender que os conflitos iniciavam por parte dos moradores, muitas vezes tidos como “vândalos”. Apesar da grande concentração de catadores, alguns moradores tentavam trabalho fora da cidade.

Quando retornavam para a cidade, cansados após o dia de trabalho, muitos tinham suas casas invadidas e eram revistados de forma brutal para “entrar” na cidade.

Com a chegada do Ponto de Memória, os moradores viam ali a sua história contada de forma explícita, sem cortes e enfeites, tanto que os mesmos faziam questão de serem registrados em vídeo, sendo este um dos meios de coleta do inventário participativo do ponto, que ainda não foi finalizado. Nas duas rodas de memória, oficinas e um seminário realizado, foi possível coletar um pouco da história de cada um. Alguns não tinham receio em aparecer, colocar “a cara a tapa” e manifestar sua indignação em alguns processos políticos que atingiram gravemente sua história, outros se emocionavam ao lembrar como foi delicado permanecer ali.

Apesar de boa parte dos relatos serem remetidos a cerca de 20 anos, alguns moradores evitaram falar coisas por receio, por vergonha, ou medo de falar algo comprometedor e implicar em questões futuras. Na fala de algumas adolescentes, percebe-se a fragilidades quando as mesmas ainda crianças, brincavam no lixão. Quem nasceu na cidade, sabe melhor do que ninguém o quão satisfatório está para os atuais moradores esse novo espaço que a estrutural se tornou. Pela proximidade com o Plano Piloto, alugueis baratos e infraestrutura que a cidade proporciona, o fluxo de moradores que migram para a Estrutural é grande.

Os novos moradores não conhecem a trajetória histórica da cidade e como foi sendo desenvolvida. Parte da exposição tem esse objetivo, mostrar a luta para fixação na cidade. A Estrutural conta ainda com um alto número de habitantes recém-chegados em Brasília, que se alocam na cidade por vínculos familiares ou por acharem na comunidade um espaço acessível para crescimento no Distrito Federal.

### **3.1.3 Inauguração do Ponto de Memória**

No dia 21 de março de 2011, o Ponto de Memória da Cidade Estrutural foi inaugurado, localizado na Casa dos Movimentos. A abertura do Ponto contou a com exposição “Movimentos da Estrutural – Luta, Resistência e Conquista”. Essa exposição narrava toda a história de luta e resistência da comunidade, mostrando o quão difícil foi a permanência naquele espaço.

O objetivo principal da exposição foi despertar nos moradores o sentimento de legitimidade e pertencimento à cidade. Como mencionado, a necessidade de preservação das histórias é uma vontade de boa parte dos moradores. Esse sentimento é parte da

perpetuação das histórias para que estas não morram juntamente com seus protagonistas, para quem não participou das ações ou até mesmo desconhecem, saibam valorizar as conquistas feitas pelos seus.

## Movimentos da Estrutural

Luta, Resistência e Conquistas

21 de maio 2011

9 horas - Mesa de Abertura - Centro Comunitário

10h30 - Museu de Cortejo do Centro até a Casa dos Movimentos (Quadra 9 conjunto D lote 21)

11 horas - Abertura da Exposição e Apresentação Cultural com grupos de Rap da cidade - Casa dos Movimentos (Quadra 9 conjunto D lote 21)

Saiba mais: [www.memoriaestrutural.blogspot.com](http://www.memoriaestrutural.blogspot.com)

Realização  
Ponto de Memória da Estrutural

Informações  
Deuzani - 8566 6953  
Coracy - 8227 4693

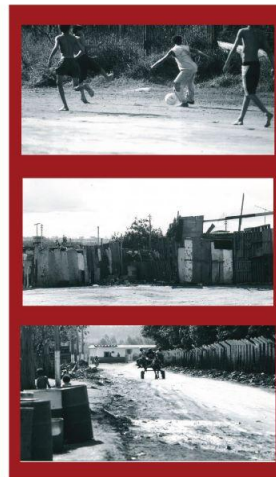


Figura 4 - Convite da Exposição "Movimentos da Estrutural - Luta, Resistência e Conquistas"

A exposição pioneira contava com objetos, fotografias e instalações feitas de materiais reciclados servindo como suporte em todo o espaço. O evento contou ainda com trabalho de grafiteiros, danças, oficinas, entre outros. Como relatado pela jornalista Leilane Menezes que conversou com os representantes do Ponto a respeito da inauguração da exposição:

“Todo o material que documenta essa e outras histórias veio da própria comunidade. Quem tinha objetos e fotos que ajudavam a contar a saga da ocupação fez doações. Ontem, o grupo de voluntários acertava os últimos detalhes: pintava o chão e cobria um dos ambientes com uma cortina de garrafas pet (para lembrar o papel dos catadores e da reciclagem). A chuva fez nascer uma goteira no teto. Um balde improvisado protegia o chão de ser alagado, mesmo antes da inauguração” (MENEZES, 2011).

O objeto mais importante da mostra que de fato contava com maior valor sentimental frente à comunidade, era o Diário Oficial de 10 de janeiro de 2008, que continha a lista com o nome de 7 mil moradores, respaldando-os como donos dos lotes em que residiam. Esse documento funciona como uma escritura coletiva, pois é o que comprova legalmente o pertencimento dos espaços a cada cidadão. Os moradores expõem o documento como um troféu.

A cerimônia de abertura teve a presença dos militantes do Programa na cidade e externamente com representantes do Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

“A programação do dia 21 está dividida em quatro momentos. A mesa de abertura será composta às 9h, no Centro Comunitário (próximo à Praça da Estrutural). Às 10h, ao som de um grupo de maracatu, os participantes seguirão em um Museu Cortejo, no qual os moradores da Estrutural farão um percurso, junto aos participantes do evento, até a Casa dos Movimentos (Quadra 9, Conjunto E, Lote 21), onde deixarão objetos para compor o acervo do Ponto de Memória. Às 11h, acontecerá o lançamento da exposição e, às 12h, o encerramento ficará por conta de um grupo de rap da cidade” (IBRAM, 2011).

Dentre as diversas atrações da inauguração, apresentações de *rap* e grafite também engrandeceram a ocasião. Os representantes ressaltaram a importância desse espaço para a memória da comunidade e pediram aos moradores que caso possuíssem objetos representativos das memórias associadas à Estrutural, sobretudo relacionados às lutas, resistências e conquistas pela permanência no território, tema central da exposição, que trouxessem ao espaço para fazer parte do acervo.

### 3.1.4 Curso de Promotoras Legais

Dentre as programações que foram previstas para o mês de agosto, por conta da inauguração do Ponto de Memória, foi promovido o curso Promotoras Legais Populares (PLPs), desenvolvido para trabalhadoras domésticas e moradoras da cidade. Esse evento foi uma parceria entre o Ponto, o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural - MECE, Marcha Mundial de Mulheres e a Universidade Católica de Brasília (UCB).

O curso Promotoras Legais Populares (PLPs) existe no Brasil há cerca de 15 anos, essa iniciativa nasceu no Rio Grande do Sul e após seu sucesso espalhou-se essa ideia em todo o território brasileiro. O PLP é um projeto fundamentado nos ideais de justiça, democracia, dignidade, defesa dos Direitos Humanos e construção de relações humanas igualitárias e justas (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2009).

O PLP, ganhou as siglas TD em sua composição, passando a ser “Promotoras Legais Populares pelo Trabalho Doméstico Decente”, onde o curso tem como objetivo:

“Capacitar trabalhadoras doméstica para a defesa dos seus direitos e fortalecimento de sua organização sindical, com base nos direitos humanos. Com o apoio de estudantes do curso de Serviço Social e professores da UCB, a equipe do PLP-TD pode desenvolver pesquisas e ações baseadas nas perspectivas de uma educação inclusiva e libertadora, redesenhando o cenário de opressão em que vivem as trabalhadoras domésticas no Brasil, para compreender o fenômeno do racismo-patriarcado-capitalismo” (BENTO, 2012).

A metodologia consiste na formação por meio da educação popular, onde o principal instrumento para a construção do diálogo é o aprendizado. Essa capacitação é dada através

de debates sobre direito e cidadania, oficinas com foco nas questões de gênero. As turmas são formadas apenas por mulheres, que em sua maioria são líderes comunitárias. A exclusividade em presença feminina é para proporcionar às participantes que se sintam a vontade para assumir espaços de fala e protagonismo, o que não costuma acontecer cotidianamente (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2011).

### **3.1.5 Criação da Editora Popular**

Em setembro do ano de 2011, a exposição “Movimentos da Estrutural: Luta, Resistência e Conquistas” realizada pelo Ponto de Memória, foi exposta na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, no período da Semana de Extensão, evento da própria Universidade. A mostra contou com cerca de 500 visitantes, potencializando o alcance referente a história da Cidade Estrutural e mostrando para os alunos um pouco do que se tratava o programa Ponto de Memória.

Foi nessa ocasião que o Ponto de Memória passou a discutir com a Embaixada da Argentina, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI e Ibram, a possibilidade da criação da editora popular trabalhando com materiais recicláveis e contando com a presença dos catadores da região.

Dois meses depois, aconteceu no Ponto de Memória a oficina de confecção de capas de livros reciclando caixas de papelão. A oficina foi ministrada pelos escritores argentinos Cristian e Washington, ambos da editora Eloísa Cartonera<sup>17</sup>. Segundo os organizadores, participaram da oficina cerca de 30 moradores da cidade Estrutural. A editora doou livros impressos de autores argentinos e brasileiros que apoiam a causa das editoras populares.

“A editora prepara seus livros de maneira artesanal, reaproveitando da melhor forma possível o papel que é descartado no lixo, sendo a confecção do livro finalizada com o trabalho de artistas locais que preparam suas capas, de forma que nenhum livro é igual ao outro e cada livro é, portanto, uma obra de arte” (EQUIPE, 2014, p.385).

---

<sup>17</sup> Editora Eloisa Cartonera, da Argentina. Criada em 2002, a editora-cooperativa já lançou mais de 200 títulos em papelão reciclado e é reconhecida internacionalmente pelo impacto social da iniciativa. (IBRAM, 2012)  
“A palavra cartonero designa catador de lixo, a partir do significado original de cartón (papelão), um dos materiais recolhidos para reciclagem. A editora Eloisa Cartonera tem justamente como proposta editorial a produção de livros artesanais, feitos a partir de papelão reciclado. Cada livro é único, expressão artística singular” (FUNDO DE INICIATIVAS, 2012).

Através do sucesso da oficina, diversos moradores se mobilizaram e decidiram fundar a Editora Popular da Estrutural, composta por 20 pessoas que participaram da oficina. A partir dessa mobilização nasceu a Editora Popular Abadia Catadora, sendo esse nome escolhido para homenagear a moradora e líder comunitária Maria Abadia Texeira de GUEDES, que trabalhou como catadora de recicláveis na cidade (IBRAM, 2012).



Figura 5 - Livros resultados da oficina

Durante a 1ª Bienal do Livro<sup>18</sup>, no ano de 2012, foi o lançamento oficial da Editora Abadia Catadora. No evento foram lançados os títulos: *De mãos abertas e punhos fechados*, doado pelo autor Carlos Rodrigues Brandão, e *A menina e o Rio*, de Almir Gomes da Silva, estudante e morador da Estrutural.

### 3.1.6 Extensão do Curso de Museologia com o Ponto de Memória

No ano de 2011 o Curso de Museologia da Universidade de Brasília firmou parceria com o Ponto de Memória. Essa proximidade surgiu a partir da oficina de Conservação e Restauração que ocorreu na Semana de Museus em agosto de 2011, mês de abertura da instituição.

Desde então, alunos da museologia, biblioteconomia e arquivologia são selecionados para atuarem no projeto de extensão denominado “Conservação do Acervo do Ponto de Memória da Cidade Estrutural”, onde estes vão até o Ponto desenvolver atividades referentes as suas áreas.

Alunos da museologia foram responsáveis em atuar no processo do Inventário Participativo, além da organização das exposições, no auxílio expográfico, curatorial e de comunicação. Já as demais áreas, estão ligadas ao projeto que nasceu antes mesmo do

<sup>18</sup> Evento que ocorreu na Esplanada dos Ministérios, dos dias 14 a 23 de abril de 2012.

Ponto de Memória, que são as atividades da Biblioteca Comunitária da Estrutural, gerida pela então coordenadora do Ponto de Memória, Abadia Teixeira.

Levar a universidade para dentro da comunidade é viabilizar que o tripé da indissociabilidade seja trabalhado, mostrando a importância em alinhar Ensino, Pesquisa e Extensão. Após a proximidade com o Ponto de Memória, diversos trabalhos de conclusão de curso foram referentes as atividades desenvolvidas no local. Em mesa redonda realizada no auditório da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB), Abadia ressaltou a importância dessa união da teoria e prática, onde um ensina o outro.

O maior ganho para o curso de Museologia, a partir do projeto, é mostrar aos alunos dos semestres iniciais a importância de se notar a museologia social a partir da realidade brasileira. É importante que se aprenda como surgiram os processos de museus comunitários, ecomuseus, nova museologia e museologia social, mas a vertente moldada no Brasil não corresponde aos moldes europeus.

Desde que nasceu a parceria entre a universidade e o Ponto, durante a semana de extensão diversos eventos acontecem para que esses laços sejam cada vez mais estreitos. Exemplo disso foi a ida da exposição até a UnB, as diversas oficinas desenvolvidas pelos professores do curso de Museologia, além das atividades constantes que são as entrevistas dos moradores para compor o Inventário Participativo e atualmente a semana da consciência negra, desenvolvido pela então coordenadora Marijara Queiroz, com o objetivo de promover as ações do Ponto e trazer a tona discussões a respeito do racismo, museologia social, atuação do negro e patrimônios imateriais.

Houve também participação direta do projeto de extensão na execução da segunda exposição que ocorreu no Ponto de Memória, denominada “Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade”. Onde os alunos do Curso de Museologia puderam auxiliar na expografia, construção de narrativa, disposição de objetos, captação de imagens, auxílio na confecção dos temas de direito de imagens e som para uso devido de tais, confecção de cartazes de divulgação, recolhimento de objetos das moradores que fariam parte do acervo exposto, entre outros.

### **3.1.7 II Exposição no Ponto de Memória da Estrutural “Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade”**

No mês de novembro, no ano de 2012, a segunda exposição do Ponto de Memória foi lançada na Casa dos Movimentos. O evento é resultado do inventário participativo desenvolvido na cidade, que vem sendo trabalhado desde 2011 juntamente com os gestores locais do programa, o Curso de Extensão do Curso de Museologia da Universidade de



Brasília e a comunidade. Durante a mostra, aconteceu uma conferência ministrada pelo professor Doutor da UniRio Mário Chagas, retratando o tema de Museologia Social e Memória – Extensão e Comunidade. A ideia da exposição em seu percurso narrativo foi trazer a reflexão sobre identidade, pertencimento, movimentos sociais e culturais, além do protagonismo dos moradores, participantes, atuantes da história da cidade.



Figura 6 e 7 – À esquerda: Cartaz de Divulgação da Exposição "Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade". Direira: Expografia da exposição.

A mulher foi o objeto central da exposição, mostrando a sua relação com a cidade por conta do protagonismo feminino presente na Estrutural. Seja por conta da maior parte da população ser composta por mulheres, ainda a questão de gênero está alinhada as lutas e movimentos sociais da cidade. As lideranças comunitárias em sua maioria são de mulheres que estão à frente das ações em prol da cidade, isso faz parte da trajetória da Estrutural e nada melhor do que potencializar esse fato na exposição que é um meio de comunicação para com o público.

“O protagonismo é feminino. Na entrada do museu estão penduradas fotografias de mulheres consideradas pelo conselho gestor do Ponto de Memória da Estrutural como símbolos de luta, como Carolina Maria de Jesus, Maria da Penha, Olga Benário, Frida Kahlo, Cora Coralina, Clementina de Jesus, Zilda Arns, Dilma Rousseff, Estamira e Rosa Luxemburgo” (EQUIPE, 2014, p. 376).

No decorrer da exposição era possível ver fotos de moradoras da cidade, onde essas apareciam produzidas e fazendo poses. Essas imagens estavam em grandes molduras de vidro, tomando boa parte da parede da entrada do espaço. Na mesma sala do lado oposto, uma cortina com diversos adereços femininos dentro de garrafas pets, compõem a exposição. Na sala interior, existiam alguns espelhos dispostos de forma irregular, dividindo-

se entre algumas fotografias do *making-of* da mostra. Os espelhos brincavam com a ideia do público se reconhecer naquele espaço.

“São as catadoras, as recicladoras, as costureiras, as estudantes, as donas de casa, as professoras, as artesãs, as feirantes, as chefes de família. Mulheres que lutaram para fixar a Estrutural. Sem elas talvez esta cidade não existisse. Mulheres guerreiras que, ao comporem sua história pessoal, constroem a história coletiva da cidade” (EQUIPE, 2014, p.377 apud MOVIMENTO, 2012).

A exposição contou com diversos objetos cotidianos femininos que representam um pouco de como vivem as mulheres da Estrutural, finalizando com o texto explicativo relatando quem são as pessoas que aparecem nas imagens e ressaltando a importância da luta de cada uma na fixação da cidade.

### **3.2. Desdobramentos das ações do Ponto de Memória da Estrutural**

Desde as primeiras ações desenvolvidas no Ponto de Memória da Cidade Estrutural, que foram as rodas de memória, existe um anseio constante na articulação do IBRAM com os moradores. Pois para que o objetivo do programa se firmasse era necessário o entendimento e compreensão de ambos. Para que as atividades fossem desenvolvidas diversos fatores foram trabalhados, como oficinas com o grupo que viria a compor os gestores do ponto, explicando o que seria desenvolvido e como funcionaria a metodologia de trabalho.

Quando finalmente o Ponto foi inaugurado, houve mobilização em boa parte dos moradores para o recebimento desse novo espaço. Os movimentos sociais envolvidos com o Ponto fizeram questão de mostrar aos moradores o que esse local representaria a cidade. Seria um espaço de debate político e a ferramenta utilizada para isso, seria a aplicação da museologia social, era a voz e a história daquela comunidade narrada por um espaço museológico, sob ótica dos seus construtores.

A primeira exposição promovida junto da inauguração do Ponto foi contando a trajetória da Estrutural e mostrando a participação dos moradores na construção dessa cidade. Ela foi construída a partir de fotografias antigas, ornamentos que remetiam a reciclagem que foi parte importante na comunidade que é composta por muitos catadores, documentos oficiais e legais comprovando a legitimidade da cidade. Esse foi o primeiro produto de difusão ali apresentado, era o início do ciclo da união entre a população e uma

instituição federal que abria as portas para um novo mundo. A presença da Estrutural que com muito sangue, se tornou um local digno de moradia.

O projeto da exposição contou com a participação dos técnicos do IBRAM e os atuantes do conselho gestor do Ponto. As noções básicas de expografia e o que seria relevante expor foi constituído em conjunto. Onde o olhar profissional e a sensibilidade dos protagonistas daquela história se fazia presente na execução da exposição. Durante seu percurso era nítida a emoção contida naquele espaço, quase palpável o sentimento de conquista que rodeava os moradores.

As oficinas realizadas como ações educativas do Ponto trouxeram a comunidade uma nova perspectiva sobre sua atuação na sociedade. Exemplo claro disso foi o curso de Promotoras Legais, curso realizado para mostrar as moradoras como se portar frente a questões jurídicas e quais os meios para alcançar seus direitos em determinadas situações de vulnerabilidade social ou profissional. Resultado da parceria do MECE e a Universidade Católica de Brasília, as mulheres tiveram a oportunidade de entender como são os processos jurídicos da classe trabalhadora doméstica, por exemplo.

A população da Estrutural é composta por cerca de 70% de mulheres, dando mais uma vez o protagonismo feminino a cidade. Essa oficina veio a contribuir diretamente com a posição social das mulheres na sociedade, que muitas vezes as tratam como oprimidas. Durante o curso, as mulheres relatavam fatos cotidianos que não sabiam como se portar e quais os direitos que as asseguravam. Debates eram realizados a fim de chegarem a conclusões juntas e aprendendo através de estudos de caso o posicionamento que deveria ser tomado.

Dentre as demais oficinas que vieram com a inauguração do Ponto de Memória, foi a criação da Editora popular. Esse projeto nasceu da parceria entre o IBRAM, a Embaixada Argentina e a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI. No ano de 2011 foi quando iniciou a aproximação da Universidade de Brasília com o Ponto de Memória, e exposição chegou a ir até a Biblioteca Central da UnB. Foi a partir dessa mostra que a embaixada se aproximou do Ponto e sugeriu a criação da Editora Popular, como acontecera em seu país.

Os materiais que compõem a editora na confecção dos livros, são todos recicláveis. O que para a cidade da Estrutural reforça sua identidade trabalhadora, visto que boa parte dos moradores são catadores e trabalham para as empresas de reciclagem. Quando a oficina foi realizada e os moradores tiveram acesso ao modelo de editora popular, logo se engajaram para a criação da editora na cidade. Durante o processo de confecção, os atuantes da cidade que criavam as capas dos livros, dando a cada obra a singularidade do artista. Após o sucesso da editora, dois livros foram lançados na Bienal 2012, e dando aos

participantes do projeto o prestígio de terem suas obras expostas em um evento de grande porte. Com o sucesso das obras literárias, houve retorno financeiro aos moradores responsáveis, potencializando mais uma vez a produção cultural local.

Após a parceria entre Universidade e Ponto de Memória, firmou-se a extensão na cidade Estrutural. Onde os alunos do curso de Museologia, juntamente dos professores compõem a equipe que auxilia nas ações do Ponto. Dentre as diversas ações desenvolvidas o que pode ser destacado foi o engajamento na execução do inventário participativo. Ainda que o mesmo não esteja concluído, a proximidade com o curso de Museologia deu base teórica para os gestores do ponto, acessibilizando a forma que o IP seria construído. Todas as ações que são desenvolvidas por parte do Curso de Museologia, para com a cidade, são feitas no Ponto de Memória. É o meio de mostrarem aos moradores que o Ponto tem voz na academia e viabilizar aos alunos a museologia social na prática.

Durante a pesquisa, foram mencionados os movimentos sociais atuantes na cidade, os meios do espaço ser usado como ferramenta política. A atuação da extensão da Universidade dentro da comunidade é ajuda-los nessa concepção de identidade, memória e sujeito atuante. Trazendo o questionamento sobre essa forma de atuar também não se encaixa no conceito de movimentos sociais, visto que a extensão traz diversos meios para a caracterização do Ponto e consolidação em debates locais, ajudando o espaço a concorrer a editais, a desenvolver atividades com a comunidade, como por exemplo, capoeira e costura e potencializando sua voz dentro da própria Estrutural, para que os novos moradores se integrem nessas ações.

Prova disso foi a ação direta na concepção da segunda exposição, "Movimentos da Estrutural: A mulher e a cidade", essa foi executada a partir do trabalho dos alunos da extensão da UnB, moradores voluntários e o conselho gestor do Ponto. Ainda que a primeira exposição tenha narrado a trajetória da cidade, essa segunda veio como um complemento do que foi trazido na mostra. Essa ressalta o valor das mulheres na Estrutural e como elas gostariam de mostrar o protagonismo feminino na cidade.

Para auxílio nesse processo complexo de exposição de sentimentos, a palestra com o professor Mário Chagas ajudou na narrativa expositiva e trouxe as moradoras um novo olhar quanto as suas histórias. O que ora trazia tristeza e o sentimento de luta cansaço, devido às resistências políticas sofrida por essas mulheres, passou a ser orgulho estampado no rosto de cada uma. A expografia contou com a fotos de diversas moradoras da cidade, que em algum momento foram parte do que a Estrutural é hoje. Além dessas, existiam artistas que também sofreram opressão por serem mulheres em meios onde apenas homens têm voz, entre elas, Frida Kahlo, Dilma Rousseff, Maria da Penha, entre outras.

O gênero feminino ganhou seu espaço na cidade Estrutural, e sabe que essa exposição foi o passo inicial para isso. Mulheres que ora se viam sozinhas e desamparadas

legalmente, hoje se enxergam como sujeito político, que sabe seu direito frente a empecilhos sociais ditados, mas que mostram a sua força meio ao desespero. Seja por militâncias, grupos fechados, movimentos sociais ou afins, o Ponto de Memória veio para ser ponte entre comunidade e Estado. Mostrar que pequenos grupos podem sim fazer a diferença na política, tomando a Estrutural como maior exemplo e disseminando a cultura que nos é assegurada por lei.

## Considerações Finais

Ao escolher falar sobre o Ponto de Memória é reconhecida a fragilidade do tema por conta da bibliografia limitada, dificultando um pouco o acesso a informações gerais. Mas a necessidade de explicar os processos de criação do programa Ponto de Memória e seu envolvimento com grupos existentes, no caso, os movimentos sociais, motivaram a pesquisa. Além de mostrar como foram aplicadas as estratégias do programa em uma das 12 comunidades iniciais e os desdobramentos da metodologia proposta.

Ao trazer o contexto da Cidade Estrutural, é perceptível o estranhamento dos moradores em aceitar de cara o programa. Isso se deu devido o histórico de embates políticos formados entre os moradores e governantes. Ao entender a história da Estrutural e sua trajetória, é possível sentir como isso foi moldado e o porquê dos movimentos sociais se mostrarem tão fortes na comunidade. Esses grupos se mantêm de forma ativa, dando respaldo político aos moradores, não ensinando o que deve ser feito, mas fazendo junto. Desde os grupos que lutaram pela diminuição da taxa de analfabetos na Estrutural, até os movimentos que agem como complementos escolares. Outro meio de atuação dos movimentos sociais é quanto a necessidade de debates políticos. No objetivo de cada um desses atores é notável a vontade de mostrar aos moradores o quão importante é o posicionamento político.

O MECE, a PRECES e o Coletivo da Cidade, foram os responsáveis no acolhimento do IBRAM em sua chegada à Estrutural. Até que tudo fosse acertado, houveram diversas conversas e reuniões onde os técnicos explicavam o que seria feito e de que forma. Sendo assim, os grupos se organizaram na criação do conselho gestor do Ponto de Memória da Cidade Estrutural, este formado por líderes comunitários e moradores voluntários. Foram também os responsáveis em explicar aos demais moradores como funcionaria o espaço e sua missão política.

O IBRAM levou até a comunidade a ferramenta que faltava para alavancar projetos referente à memória local que já vinha sendo desenvolvido. O sentimento de pertencimento e reconhecimento como sujeito histórico, era evidente na fala dos moradores, o Ponto viria como porta voz desse anseio em mostrar quem é a Estrutural e como ela foi consolidada. Acreditar que um órgão governamental subsidiado ao Governo Federal viria ser tido como parceiro dos moradores daquela cidade, era algo inimaginável. Mas cenário da museologia vem mudando no país, e o que era visto há pouco tempo apenas em museus de fora, está tomando forma no Brasil.

As políticas públicas que contemplam a museologia vêm ganhando destaque há pouco tempo, se comparado á outros setores. A criação do Sistema Brasileiro de Museus, por exemplo, foi um ganho para a área, delimitando como funcionavam as instituições museológicas do país antes e depois desse feito. Fazer essa comparação, e analisar a transição das ações do Iphan, DEMU até a chegada do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), é notar o quão significativas foram às lutas dos profissionais e grupos que se mobilizaram para o desenvolvimento e valorização da Museologia no país.

O programa Ponto de Memória nada mais é que resultado dessas melhorias constantes para a museologia, no campo social. É mostrar a quem acredita não ter voz, que sua história é sim valiosa e merece compor uma instituição, com narrativas que partem do que foi vivido e experimentado por você, não por outrem. A oportunidade de poder relatar brevemente como o programa foi se firmando em uma das 12 comunidades pioneiras, é de grande responsabilidade, visto que pouco se sabe dos resultados dessa aposta.

A composição dos processos de gestão do programa é extremamente estratégica. É perceptível a sensibilidade na criação dessa estrutura, onde cada tópico parece ter sido pensado para se encaixar na realidade das comunidades. Algumas conseguiram chegar até seus produtos de difusão em um prazo mais curto, outras com mais dificuldade. Os processos iniciados em 2009, foram finalizados apenas em 2013, como relatado pela Coordenadora de Museologia Social do IBRAM, Cinthia Oliveira.

Apesar de diversas ações desenvolvidas no Ponto de Memória para com a comunidade, é notável uma dificuldade para mobilizar os moradores em ações que estão sendo desenvolvidas atualmente, depois de 2012. Infelizmente isso ocorre pela falta de investimento em ações contínuas no Ponto, onde a carga de divulgar e manter o espaço cabe unicamente aos gestores do museu, dificultando a propagação dos ideais e não contando mais com a ajuda ativa do IBRAM. Um dos fatores que contribui para que exista maior evasão nas ações do espaço atualmente, é o crescimento significativo da cidade. No ano de 2011, ano de criação do Ponto de Memória, a cidade contava com cerca de 20 mil habitantes. Atualmente, em pesquisa realizada em 2014 a população da Estrutural chega a quase 40 mil moradores.

Não se pode negar os benefícios trazidos por parte das ações do Ponto para a comunidade. De oficinas artesanais a cursos jurídicos onde é trabalhado o direito e o dever do outro. Porém, a falta de suporte financeiro e físico muito afeta na propagação das atividades realizadas atualmente. Não contando mais diretamente com o IBRAM, a Universidade de Brasília se tornou uma das poucas parceiras do espaço. O inventário

participativo, por exemplo, é o produto que está sendo finalizado com a ajuda dos voluntários e alunos extensionistas.

A falta na continuidade de apoio técnico e financeiro vem a ser a maior fragilidade do programa. Não se pode generalizar, por não ter conhecimento de como funcionou a experiência nas demais comunidades. Entretanto, garantir que esse programa seja perpetuado e seus objetivos alcançados, é uma luta diária aos gestores.

Mesmo não sendo moradora da Cidade Estrutural, ao me deparar com depoimentos, fotografias, conversas, gravações, é possível sentir o quão significativo é ter naquela comunidade uma ferramenta política que mostra “olha quem somos” e o que fizeram para chegar onde estão hoje. O ontem é parte de quem somos e de como queremos deixar para quem virá. Esse sentimento é quase palpável quando se ouve relatos da resistência da comunidade e da luta diária em vencer preconceitos.



## Referências Bibliográficas

AMAZONAS, Archimedes Ribas. POLÍTICAS DE MUSEUS DO GOVERNO LULA DA SILVA. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2010, Salvador. **IV ENECULT**. Bahia: Ufba, 2010. v. 4, p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24387.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

AVELAR, Luciana Figueiredo. **MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: O PONTO DE MEMÓRIA MUSEU DO TAQUARIL**. Rio De Janeiro: 2015. p. 1-122.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Retrieved March, v. 13, p. 2004, 2003. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/543.pdf>>. Acesso em: 20 set 2015.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm)>. Acesso em: 10 out 2015.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRANT, Leonardo. **O Poder da Cultura**. Brasil: PEIROPOLIS, 2009. p. 136.

CÂNDIDO, Autora: Manuelina Maria Duarte. **A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS**. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2107555/2007\\_-\\_A\\_função\\_social\\_dos\\_museus](http://www.academia.edu/2107555/2007_-_A_função_social_dos_museus)>. Acesso em: 10 set. 2015.

CÁSSIA SANTOS, Rita . Becos e vielas do Museu de Favela. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 329-336, 2014.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello. **O que o Museu tem a ver com Educação: - Educação, Cultura e Formação Integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade**. Rio de Janeiro. 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://www.educacao.ufrj.br/dfernandarabello.pdf>>. Acesso em: 09 set 2015.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e poder : dois movimentos**. 2002. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/10437/3820>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHAGAS, Mário de Souza. **Museus, memórias e movimentos sociais**. 2011. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/10437/4515>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 429-436, 2014.

CHAGAS, Mário de Souza. Um novo (velho) conceito de museu. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 1, n. 2, p. 183-192, 1985.

CHAGAS, Mário de Souza; ROCHA, Eneida Braga; PEREIRA, Macelle. **Vontade de Memória, vontade de museus: a experiência dos Pontos de Memória**. Brasília: Ibram, v. 2010. 16 p.

COLETIVO DA CIDADE (Brasília). O COLETIVO. Disponível em:  
<<http://coletivodacidade.org/o-coletivo-2/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CORRÊA, Raphael Millet Camarda. Memória constituinte e movimento social: lições de um museu popular. **Revista Estudos Humeanos**, v. 01, n. 2, p. 70-100, 2011. COSTA,

COSTA. Terezinha Sant'ana de Oliveira. **Participação cidadã: poder, conquista ou negação?: o caso da Estrutural/DF**. 2011. xii, 84 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DE PAIVA FORTE, Francisco Alexandre. Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania PRONASCI Instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08. **Estudos**, v. 35, n. 4, p. 575-587, 2008.

DE VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 25-35, 2014.

FEIJÓ, Cláudia et al. A CARTA DAS MISSÕES Documento da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul (Repim-RS). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 437-443, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais : base para novas políticas de patrimônio**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/4775>>. Acesso em: 10 set. 2015.

FREIRE, Beatriz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 3, 2012.

FREITAS, Thaynara Martins. **Cultura e Afirmação Étnica: Reflexões iniciais acerca do Museu Indígena Jenipapo-Kanidé (CE)**. PPGA/UFRN, p. 1-18. 08/2014.

GARCÊS, D. Mário. Educação Popular e Movimentos Sociais. **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: UNESCO: MEC:CEAAL, p.81-94, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Vozes, 2003.

GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 389-414, 2014.

GOUVEIA, Inês et al. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

Governo do Distrito Federal. LEI COMPLEMENTAR Nº 530, DE 20 DE JANEIRO DE 2002 DO DF DE 01.02.2002. Declara Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP, o parcelamento de solo urbano denominado Vila Estrutural, localizado na Região Administrativa do Guará – RA X. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=52357](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=52357)>. Acesso em: 10 set. 2015.

GUEDES, Marjorie de Freitas. Entrevista com Abadia Jesus, líder comunitária da cidade Estrutural. Realizada em 24 janeiro de 2016.

Instituto Brasileiro de Museus. **Lista de Habiliados**. 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/12/Retificacao-da-Habilitacao-Pontos-de-Memoria.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Memória da reunião entre a Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa (COGEPACO) e equipe do Programa Pontos de Memória**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/memoria-reuniao-cogepaco.pdf>>. Acesso em: Abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020**. 2010. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus Relatório de Gestão 2003-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ponto de Memória da Estrutural realiza primeira ação museal**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/ponto-de-memoria-da-estrutural-realiza-primeira-acao-museal/>>. Acesso em: Abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Pontos de Memória no DF e RS realizam exposição e encontro em novembro**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/pontos-de-memoria-com-exposicoes-e-encontros-durante-o-mes-de-novembro/>>. Acesso em: Abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **PRÊMIO PONTOS DE MEMÓRIA 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/Edital-Pontos-de-Memoria.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Programa Pontos de Memória 2013. Disponível em:  
<http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>. Acessado em 10 de Abril de 2015.

JANEIRINHO, Raquel. Patrimônio, Museologia e Participação: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 6, 2015.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. ANAIS DO IV SIMP: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO, 4., 2011, Pelotas. **História, Literatura, Patrimônio e Museus**. Ufpel, 2011. 51 p.

MACHADO, Priscila Pereira. **PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS: Análise do contexto político da criação do programa e seu processo metodológico (2010-2014)**. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, 2015.

MIGUEL, Aline Cântia Corrêa. Como nascem as histórias: Uma conversa sobre o programa Pontos de Memória. In: ENCONTRO FUNARTE POLÍTICAS PARA AS ARTES: INTERAÇÕES ESTÉTICAS EM REDE, 2., 2012, Rio de Janeiro: Funarte, 2012. p. 1 - 9.

MORAIS, Nilson Alves de. **Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer**. In: LOUREIRO & SANTOS (Orgs.). O Caráter Político dos Museus – MAST Colloquia. Vol.12. Rio de Janeiro, 2010.

MORAES, Nilson Alves de. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em:  
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26>>. Acesso em: 10 ago 2015.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. Profissionalização e expansão da museologia no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 4, Dec. 2012. Disponível em:  
[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252012000400024&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400024&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de Junho 2015.

OLIVEIRA, Terezinha Sant'ana de. **Participação cidadã: poder, conquista ou negação?: o caso da Estrutural/DF**. 2011. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva; COSTA, Heloniza Oliveira Gonçalves; VILASBÔAS, Ana Luiza Queiroz. Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil Public policy to control violence: a case study in Salvador, Bahia State, Brazil. **Cad. saúde pública**, v. 25, n. 3, p. 485-494, 2009.

**POLICIAIS VÃO A JÛRI APÓS 17 ANOS DO MASSACRE NA ESTRUTURAL**. Brasília, 20 ago. 2015. Disponível em:  
<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/634769/policiais-vaio-a-juri-apos-17-anos-do-massacre-na-estrutural/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, Fernanda da Silva Figueira. Observação participante no Museu de Favela – RJ: Reflexões sobre o turismo em um museu de território. **Cadernos de Estudos e Pesquisas do Turismo**, v. 3, p. 30-52, 2014.

RODRIGUES, Fernanda da Silva Figueira. O registro de memórias através do grafitti nas casas-telas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. In: II CONINTER Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte. Globalização e Interdisciplinaridade – Anais, 2013, p. 1-13.

SANTOS, Caroline Soares. **Área de risco ou área de rico: teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciência Sociais. Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 43-48, 2001.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Um compromisso social com a museologia. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 71-114, 2014.

SILVA, Cláudia Feijó da. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: Processo metodológico de inventário participativo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIAS - CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais Anpuh**. 2013. p. 1 - 9.

SILVA, R. M.; JANUÁRIO, R. Rede de museologia social do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 415-420, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 2, n. 7, 1997.